



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

EMÍLIO DOS SANTOS FERNANDES JÚNIOR

**DEMOCRACIA E SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A GUINÉ – BISSAU
CONTEMPORÂNEO**

ACARAPE - CE

2021

EMÍLIO DOS SANTOS FERNANDES JÚNIOR

**DEMOCRACIA E SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A GUINÉ – BISSAU
CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção de título de Licenciatura em Sociologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE - CE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Fernandes Junior, Emilio dos Santos.F398d

Democracia e sociedade: um olhar sobre a Guiné-Bissau contemporâneo / Emilio dos Santos Fernandes Junior. - Redenção, 2021. 50f: il.

Monografia - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

1. Democracia. 2. Sociedade. 3. Estado. 4. Guiné-Bissau. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 321.8

EMÍLIO DOS SANTOS FERNANDES JÚNIOR

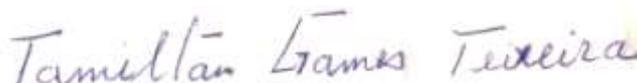
**DEMOCRACIA E SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A GUINÉ – BISSAU
CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção de título de Licenciatura em Sociologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

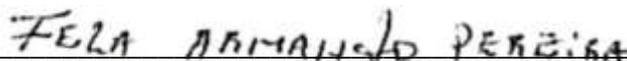
Aprovado em: 23 de agosto de 2021



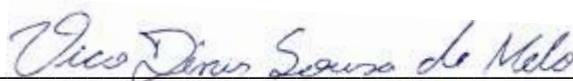
Prof. Dr. Ricardo Ossagô, de Carvalho – Orientador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)



Prof. Ms. Tamilton Gomes Teixeira – Examinador
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto universitário de Lisboa
MHIP (ISCTE-IUL) - Portugal



Prof. Dr. Fela Armando Pereira – Examinador
Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS)



Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo – Examinador
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Este trabalho é todo dedicado aos meus queridos e queridas familiares, em especial, a minha mãe, Julia Gomes e meu pai, Emílio dos Santos Fernandes que sempre me aconselharam e me apoiaram durante todo este percurso da minha formação acadêmica. Ao meu querido tio falecido, Bebiano Baltazar dos Santos Fernandes, a quem me deram muito amor, carinho e incentivo para me tornar pessoa que sou hoje. Assim também, a minha querida tia, Bebiana dos Santos Fernandes pelo apoio moral, atenção e preocupação comigo durante todo o meu processo de estudo, sempre serei grato por ela. Dedico também este trabalho ao meu ilustre orientador, professor Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho pela excelência orientação e com muita atenção comigo para a melhor realização deste magnífico trabalho. Ao coordenador do nosso curso de sociologia, professor Dr. Mário Henrique Castro Benevides pelo ensinamento, humildade e profissionalismo comigo durante a minha formação. Enfim, dedico este trabalho a todos/as que contribuíram direta ou indiretamente para que esse momento tão esperado na vida se torna uma realidade, muitíssimo obrigado!

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente os meus ancestral pelo dom da vida, força, proteção e sapiência para elaboração deste magnífico trabalho. Agradeço ainda os meus familiares, especialmente aos meus pais que me deram muito apoio, amor, força e atenção durante ao meu estudo. Ao meu ilustre orientador, professor Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho por ter aceitado a orientar-me com muita humildade, paciência, profissionalismo e confiança a mim para realização deste trabalho. Agradeço também os meus primos, professor Dr. Ricardinho Dumas Teixeira e Jorge Mendes de Carvalho, a quem me ajudaram incondicionalmente e acompanharam comigo toda a minha formação, sempre serei grato por eles. Agradeço ainda o meu querido orientador de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH/UNILAB, professor Dr. Francisco Vitor Macêdo Pereira, a quem me apoiou sempre nos meus estudos.

Os meus sinceros e rasgados agradecimentos também para os meus colegas do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB pelo apoio e pela coragem que me deram nessa difícil etapa da vida acadêmica. Também seguem os meus sinceros agradecimentos aos meus queridos professores e as minhas queridas professoras do curso de sociologia, a quem contribuíram diretamente e indiretamente para que esse momento tão esperado na vida se torna uma realidade, muitíssimo obrigado. Expresso a minha imensa gratidão ao coordenador de Curso de Sociologia, professor Dr. Mário Henrique Castro Benevides pelas suas uteis informações e orientações sobre o curso e os documentos técnico-informativo.

Expresso também, os meus cordiais agradecimentos aos meus queridos/queridas ex-coordenadores/as de projeto de extensão, na qual fui bolsista, professor Dr. Vico Denis Sousa de Melo, professora Dra. Sueli Silva Saraiva, professora Dra. Sinara Mota Neves de Almeida e a professora Dra. Ana Paula Sthel Caiado, a quem me deram muitos ensinamentos, conselhos e apoios ao longo de percurso da minha formação acadêmica. Enfim, agradeço a UNILAB pela oportunidade de me formar e a todas ‘Comunidades - Unilabianas’, os/as antigos/as reitores/as da UNILAB e os atuais, os corpos docentes e discentes, os profissionais técnicos, bibliotecários/as, funcionários de Restaurante Universitário – RU e todos os pessoais menores desta mesma instituição.

RESUMO

A Guiné-Bissau tem vivido ao longo das últimas décadas, diria até ao longo dos últimos anos situação de profunda instabilidade política e social. Estas situações, por sua vez, vêm se criando no país as profundas crises e violações contra as instituições democráticas e contra os direitos fundamentais dos cidadãos. A democracia guineense é institucionalmente frágil devido as sucessivas intervenções das classes políticas. O país nunca teve na sua história política uma “democracia estável”, desde a sua abertura política. A presente monografia tem como objeto de estudo “democracia e sociedade: um olhar sobre a Guiné – Bissau contemporâneo”. Neste trabalho pretendemos iniciar-se com uma contextualização mais aprofundada do passado da Guiné-Bissau, desde a “chegada” dos portugueses na costa da guiné, até processo de independência, pós independência, abertura política e democratização na Guiné-Bissau. Esboça-se também, trazer neste trabalho uma discussão sobre a democracia guineense a partir de um olhar sociopolítico guineense, os avanços, retrocessos e desafios que país tem passado, num intervalo entre 1991 (abertura política) e 2021, período que sinaliza outros acontecimentos e os problemas da democracia na Guiné-Bissau. Na última sessão deste trabalho, faremos uma breve análise aos aspetos semânticos e conceituais que a palavra democracia levanta, em proeminência a sua origem, efeito, valor e seu progresso. Além disso, analisa-se também, o papel da sociedade civil na Guiné-Bissau, no processo de luta e defesa dos direitos e garantia de liberdade democrático do povo guineense. A metodologia utilizada cinge-se a pesquisa qualitativa, bibliográfica, histórica e sociológica, buscamos sustentar nossos conhecimentos em quatros teóricos em livros, dissertações e artigos científicos e metodológicos explícitos. Por último trazer as possíveis propostas de mudanças que consistem na construção de um modelo mais eficaz para a estabilização da democracia na Guiné-Bissau, assim também, mostrar os possíveis caminhos que talvez ajudem para a melhor forma de governação e desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Palavra chaves: Democracia. Sociedade. Estado. Democracia na Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The Guiné Bissau has vivid to long of last décadas would say up until to long two last years situation in profound instabilidade policy and Social these situations per your turn comes if creating at the parents at deep crises and violações against at instituições democráticas and against the rights fundamental two Citizens The democracy Guinean is institucionalmente Fragile due at sucessivas intervenções of classes políticas O parents Never had at your story policy an “democracia estável” since The your opening policy The gift monography has as object in study “democracia and society one Look about The Guiné – Bissau contemporâneo” in this job we intend start if with an contextualização more aprofundada of past gives Guiné Bissau since The “chegada” two Portuguese at Coast gives guiné up until process in independence post independence opening policy and democratization at Guiné Bissau Esboça if also Bring in this job an discussion about The democracy Guinean The leave in one Look sociopolítico Guinean the avanços retrocessos and Challenges what parents has past on one break In between 1991 opening policy and 2021 time course what sinaliza others acontecimentos and the problems gives democracy at Guiné Bissau at last Session of this job we will do an brief Analysis to aspetos semânticos and conceituais what The word democracy get up in proeminência The your source It is made value and your progresso in addition of this analyzes if also O paper gives society civil at Guiné Bissau at the process in fight and Defense two rights and Warranty in freedom democrático of people Guinean The methodology used cinge if The search qualitativa bibliográfica historic and sociológica we seek to sustain our knowledge in four theorists in Books dissertações and articles científicos and methodological explícitos per last Bring at possible propostas in changes what consistem at Construction in one Model more effective for The estabilização gives democracy at Guiné Bissau like this also Show the possible ways what Perhaps help for The Best form in Governance and development gives Guinea Bissau.

KEY WORD`S: Democracy. Society. State. Democracy in Guiné-Bissau.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Ação para o Desenvolvimento

BAO - Banco da África Ocidental

BCEAO - Banco Central dos Estados da África Ocidental

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CID - A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CNE – Comissão Nacional de Eleição

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa

DH – Direitos Humanos

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FARP – Forças Armadas Revolucionárias do povo

FDS – Frente Democrática Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisa

MLG - Movimento de Libertação da Guiné

ONG's – Organizações Não – Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da União Africana

PALOP - Países Africano de Língua Oficial Portuguesa

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PRS – Partido da Renovação Social

UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UNDP - União Nacional para a Democracia e Progresso

UNIOGBIS – Missão das Nações Unidas para a reconstrução da Paz na Guiné-Bissau

UPG – União dos Povos da Guiné

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	13
1.2. A “CHEGADA” DOS PORTUGUESES NA COSTA DA GUINÉ E SUAS TRAJETORIAS	14
2- PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA, PÓS INDEPENDÊNCIA, ABERTURA POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	20
2.1. PROBLEMA DA DEMOCRACIA EM GUINÉ-BISSAU	32
3- DEMOCRACIA E SEU PROBLEMA SEMÂNTICA	36
3.1. SOCIEDADE, ESTADO E DEMOCRACIA	40
4- CONCLUSÃO	46
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

A democracia é um conjunto dos direitos que os indivíduos têm pelo qual exercem a sua soberania e a sua liberdade mediante a forma de governo que tenha decidido estabelecer. Ela é um bem delicada que precisa de leal cuidado para que não tenha o seu significado deturpado. “A democracia não tem senão uma forma e uma só teoria” (QATHAFI, 1975, p.27). Ela um sistema transversal que se possibilidade várias teorias na sua interpretação e direito de liberdade a cada Estado ou país criar o seu próprio modelo da democracia, mas, sem restrições dos direitos fundamentais do povo.

A Guiné-Bissau é considerada, segundo a lei magna da nossa Constituição da República, em seu art.1º, como uma “República soberana, democrática, laica e unitária” (ANP, 1996, p.07). Pois, pelo visto, compreendemos que o “Estado democrático” na Guiné-Bissau, ainda enfrenta series de problemas e dificuldades para a consolidação da sua democracia. Estes problemas, com efeito, têm a ver com desrespeitos aos poderes democráticos, violações contra as instituições democráticas e contra os valores da liberdade democrático do povo. O cerne deste problema se reflete em alguns problemas do passado, problemas que eram muito mal resolvidos pelas autoridades guineenses (problemas de corrupções, assassinatos, injustiças, intolerâncias, perseguição política, intrigas, autoritarismo, golpe político militar e de imaturidade política por parte dos nossos atores políticos).

Em consequência dessa instabilidade constante que nosso país enfrenta e fragilidade do nosso Estado, facilita um pouco os países externas a intervir na nossa política interna. Nota-se, que essas ingerências dos países externas, contribuíram bastante na desestabilização da nossa democracia e na profunda instabilidade política, econômica e social. Por exemplo, a ingerência política e econômica do Senegal na Guiné-Bissau, acordo de gestão e cooperação de exploração de petróleo na referida zona de exploração conjunta, assinado altura pelo ex-presidente João Bernardo Vieira (Nino), em 1993; além disso, a ingerências de tropas militares senegaleses no território da Guiné-Bissau, em pedido de Nino Vieira ao seu amolgo Abdoulaye Wade, na guerra civil (golpe político militar) de 7 de junho de 1998; a ingerência política de Portugal no golpe político militar de 14 de setembro de 2003 (golpe que despôs ex-presidente de república de poder, Kumba Ialá, liderado pelo general Veríssimo Correia Seabra); assim também, o golpe político militar de 2 de março de 2009 (golpe que culminou com assassinato de ex-presidente da república, João Bernardo Vieira – Nino); golpe de 12 de abril de 2012 (golpe que despôs ex primeiro-ministro do poder, Carlos Gomes Júnior, liderado pelo general Antônio Indjai – ex-chefe de estado maior das forças armadas); a ingerência política da Comunidade Econômica

dos Estados da África Ocidental – CEDEAO e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa – CPLP e ingerência de tropas-militares angolanas (MISSANG) na Guiné-Bissau, alegado acordo de cooperação de formação militar entre Angola e Guiné-Bissau.

A intervenção da política externa na Guiné-Bissau, muitas das vezes acabam se agenciando mais problemas no país e em vez de mediá-los. Pois, é um sistema que muitas das vezes agem ou atuam como um instrumento agressivo de projeção do poder no plano internacional. (M'BUNDE, 2018). Essas ingerências externas, elas são geoestratégicas e geopolítica em interesses dos nossos recursos naturais. O país, até então, enfrenta ainda uma série de dificuldade em estabilizar estrategicamente a sua política interna e seu desenvolvimento econômico e social. Com efeito, o Estado guineense precisa problematizar esses problemas e criar mecanismo para defesa e preservação das nossas instituições e fortalecimento da nossa democracia.

A democracia guineense é uma democracia institucionalmente frágil. Esta fragilidade tem a ver, com as sucessivas instabilidades políticas e sociais no país. O teor da palavra democracia na Guiné-Bissau é outra, mas através de uma guerra semântica que fazem com ela vira outra coisa pela a forma como ela está sendo conduzida por atores políticos, e do jeito que próprios povos guineenses compreendem também este sistema política. O país ainda lida com a violência e convive com golpe e contragolpe de Estado, e se opõe de maneira rasteira a ditadura.

A Guiné-Bissau tem vivido ao longo dos últimos anos, diria até o momento atuais (2021), situação muito complicado em termo da sua democracia. O país está imergido nas intensas crises políticas, econômicas e sociais, convive com impunidade, intolerância, ameaça, rapto, espancamento e sucessivas violências contra as instituições democráticas. A liberdade de opinião e de manifestações são completamente restringidas pelo atual (2021) regime instalado no país (regime de presidente Umaro Sissoco Embaló e de primeiro-ministro, Nuno Gomes Nabiam). Esta situação, no entanto, cria-se uma grande preocupação e medo dentro da sociedade guineense.

A Guiné-Bissau é um dos países onde as instituições democráticas muitas das vezes não se funcionam em conformidade o que está espelhado na lei da nossa Constitucional da República. O país nunca teve na sua história uma democracia estável desde a sua abertura política. Tudo isso, portanto, traz para me uma profunda inquietação e preocupação de tomar para mim a responsabilidade de procurar analisar, discutir e problematizar este assunto. O principal motivo para escolha desse tema, tem a ver com a situação que a Guiné-Bissau tinha enfrentando durante muitos anos, situações estas que vinha refletindo até os momentos atuais

no país, fragilidade democrática, injustiça social, insegurança, perseguição política, abuso de autoridade, violação de liberdade de imprensa e de opinião, instabilidade política, econômicas e sociais. Estas situações, com efeito, criam graves crises e entraves no desenvolvimento político, econômico e social do país. Todavia, o país ainda não conseguiu construir um Estado com poderes mais efetivos do que as instituições partidárias. Os partidos políticos possuem mais poderes do que o próprio as autoridades públicas, pela própria fragilidade da nossa justiça e da nossa democracia.

A presente monografia trata-se de um estudo sobre a democracia e sociedade: um olhar sobre a Guiné-Bissau contemporâneo. Nesta monografia vamos tentar trazer algumas abordagens e discussões sobre a democracia na Guiné-Bissau a partir de um olhar sociopolítico guineense. O trabalho foi dividido em três (3) sessões: em primeira sessão, procuramos contextualizar à histórica da Guiné-Bissau, em particular, a “chegada” dos portugueses na costa da Guiné e suas trajetórias. Na segunda sessão, procuramos analisar e discutir o processo de independência e pós independência na Guiné-Bissau, discute-se também, o processo de abertura política e democratização na Guiné-Bissau. Esboça-se, ainda trazer nessa sessão uma discussão sobre a democracia guineense a partir de um olhar sociopolítico guineense, os avanços, retrocessos e desafios que país tem passado, num intervalo entre 1991 (abertura política) e 2021, período que sinaliza outros acontecimentos e os problemas da democracia na Guiné-Bissau.

Na terceira e última sessão, faremos uma breve análise aos aspetos semânticos e conceituais que a palavra democracia levanta, em proeminência a sua origem, efeito, valor e seu progresso, e analisar também, o papel da sociedade civil em relação com o Estado na Guiné-Bissau, como entidades que lutam pela defesa dos direitos e garantias fundamentais do povo e na promoção de valores democráticos no país.

A metodologia que foi utilizada para a presente monografia foi da pesquisa bibliográfica, histórica e sociológica, com abordagem qualitativa. Nesta pesquisa, buscamos sustentar os nossos conhecimentos em quatro teóricos em livros, dissertações e artigos científicos e metodológicos explícitos. Segundo Gil (1999, p.50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Além disso, pretendemos também, trazer nesta pesquisa debates e nova reflexões críticas sobre o teor da própria temática “democracia e sociedade na Guiné-Bissau” a partir de um olhar sociopolítica guineense.

Todas as análises e reflexões críticas proposto neste trabalho, não é para obtiver verdades absolutas, mas certamente para pensarmos a nossa democracia e as raízes subjacentes

de problemas da democracia na Guiné-Bissau. Este trabalho vai contribuir muito mais para a construção de uma nova dinâmica política e social na Guiné-Bissau.

Justificam-se, a atualidade e a importância desse tema para sociedade acadêmica, em particular, sociedade guineense e política no sentido de unir mais esforços para virar a página obscura e instabilidade na Guiné-Bissau, minimizar todas as violações contra os direitos humanos, contra a democracia e contra o Estado de direito e democrático no país. Além disso, proteger e respeitar também, os direitos fundamentais que garante a liberdade e igualdade para todos os povos. A democracia é um bem-comum que garantem a liberdade e os direitos fundamentais de cidadãos.

A edificação do Estado de direito democrático na Guiné-Bissau se sustenta a uma esperança para os povos guineenses, povos estes, que desejaram um futuro melhor e o bem-estar social. Tudo isso, precisa que haja uma boa governação com pessoas dignas e competentes que são capazes de promover um desenvolvimento mais estável.

Discutir essa temática é extremamente complexo para resistir as análises de um país como a Guiné-Bissau, onde ainda é tão visível constante violação contra democracia e contra direitos fundamentais do povo. Estas situações, por fim, vêm se criando crises políticas e mantendo país numa profunda instabilidade democrática, econômica e social, não só, como também, fragiliza ou retrocede o processo da democratização da democracia na Guiné-Bissau. Assim sendo, apresenta-se a seguinte perguntas norteadora dessa pesquisa. O porquê que ainda a democracia na Guiné-Bissau é frágil? Quem são promotores dessa fragilidade da democracia na Guiné-Bissau? Qual é solução necessário para resolução desse problema da democracia na Guiné-Bissau?

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África com uma extensão territorial de 36.125 Km², limitada a Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné-Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O país é construído por uma parte continental e outra insular, possui a mais de noventa ilhas e ilhéus, das quais, apenas dezessete são habitadas. (LOPES, 1982; N'BUNDE, 2018; MONTEIRO, 2011). O país possui oito rios principais, tais como: rio Mansôa, rio Cacheu, rio Tombali, rio Cumbijã, rio Buba, rio Geba, rio Corubal e o rio Cacine.

Em termos administrativos o país divide-se em oito (8) regiões: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Quinara, Tombali, Cacheu, Gabú e Oio, tirando o Setor Autônomo de Bissau (SAB) - o capital, onde é mais concentrado o poder administrativo. Estas regiões dividem-se

em trinta e seis setores e várias secções, compostas por aldeias (tabancas), muito marcadas pela distância do capital, Bissau. (PAIGC,1974; LOPES, 1982; SUCUMA, 2012; BENZINHO ROSA, 2015).

A Guiné-Bissau tem um clima predominante tropical com características marítimas, sendo muito quente e húmido e com duas estações distintas: a estação seca e a estação das chuvas, com muitos rios e riachos que cortam grande extensão de terra planas. O país é rico em fauna e flora, estas são as principais fontes das biodiversidades do país. (LOPES, 1982; BENZINHO, ROSA, 2015; N´BUNDE, 2018).

A Guiné-Bissau é um país pluriétnico e multicultural, riquíssimo em termo da sua pluralidade étnica, linguística e religiosa, com uma população estimada em 1.548.159 habitantes, maioritariamente dessa população são jovens, segundo os últimos dados dos censos do ano 2009. (MONTEIRO, 2011; SUCUMA, 2012). O país apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por diferentes grupos étnicos e com culturas distintas, tais como, a língua, a estrutura social e o costume. Etnias estas que são: Papel, Balanta, Manjaca, Madinga, Mancanha, Nalús, Fula, Bijagós, Biafada, Felupe e destas, algumas já está em extinção, como casos de Baiotes, Brame, Banhum, Cassangas, Cobianas, Cocoli e Padjadincas. (PAIGC,1974; LOPES,1982; BENZINHO, ROSA, 2015; N´BUNDE, 2018).

1.2. A CHEGADA DOS PORTUGUESES NA COSTA DA GUINÉ E SUAS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS

A Guiné-Bissau foi um dos país pertencente a ex-colônia portuguesa. Segundo a história, Guiné-Bissau foi “descoberta, ou seja, invadido” em meado do século V (1446) pelo navegador português, Nuno Tristão¹ e a sua comitiva (LOPES, 1982; N´BUNDE, 2018), mas, pelo contrário, nunca a foi “**descoberta**”, mas sim “**invadida**” pelos imperialistas e fascistas português em procura das nossas riquezas e exploração dos nossos povos. A Guiné-Bissau nunca foi “**descoberta**” (como a literatura e história nos mostram), porque ali, já existiam povos vivendo nesse território, povos distintos, pluriétnicos e pluricultural em termo das suas diversidades política, econômica e social. (LOPES, 1982; N´BUNDE, 2018).

¹ O descobridor «tradicional», não ultrapassou – quanto muito – a Gâmbia em 1446; mas em 1446 é possível que Álvaro Fernandes tenha atingido o extremo norte da costa guineense (Cabo Roxo); por isso, o ano de 1446 deve ser celebrado como a data simbólica a fixar para o quinto centenário da descoberta, pois se Nuno Tristão não é o verdadeiro descobridor do território atual, descobriu incontestavelmente a «Grande Guiné» portuguesa dos séculos XV e XVI, pois que a Guiné de Cabo Verde começava, nesta época, na foz do Senegal e ele chegou bem mais longe ao sul deste rio (Mota; 1972: 76-77; citado por Pélissier, 1989: 40, vol. I). Mas também, podemos admitir que Álvaro Fernandes é descobridor da Guiné (BULL, 1988, p. 31).

Em final do século XV (1446) a início do século XVI (1588), as presenças dos portugueses se multiplicaram muito mais no território, principalmente em zona litoral do país. O principal objetivo dos portugueses na altura era criar laços comerciais com líderes de diferentes grupos étnicos. E depois que eles se sentiram estabilizados no território da Guiné, começaram a massacrar e explorar os chefes tradicionais, em particular os povos. Esta situação autoritária e bárbara dos colonizadores contra os povos nativos, dispunham-se de uma forte resistência forte por parte das maiorias que foram oprimidas pelo regime. Infelizmente, nem todos oprimidos que colaboravam e participavam na luta de resistência, e estes que não resistiram, procuram-se aliar com os colonizadores para sua permanência no território. E isso, no entanto, motivaram-se ainda muito mais os colonizadores portugueses a “se sentiam fortemente instalados e com ajuda de aliados africanos, impunham a sua dominação, exigiam o imposto e obrigavam ao trabalho forçado” (PAIGC,1974, p.105).

Após da dominação dos portugueses no território da Guiné em 1588, o país passou assim a pertencer a colônia portuguesa, chamada “Guiné-Portuguesa”. Durante esse período a Guiné passou a ser governada e administrada sob o controle e domínio da colonização portuguesa ou da autoridade do regime colonial portuguesa, impondo as suas imposições de dominação e exploração contra os povos guineenses até 1973, quase a mais de quatro (4) séculos (MONTEIRO, 2011; LOPES, 1982; BULL, 1988).

O sistema administrativo colonial português foi bastante explorador e opressivo para os povos (guineenses) que prestavam serviços ao regime colonial portuguesa. O sistema obrigava os nativos somente a obedecer ou aceitar tudo que era estava sendo imposta por eles, não permitia espaços de diálogos com povos guineenses e nega todas as possibilidades de direitos e liberdade social e político para o nosso povo. Além disso, foi também “privar os povos colonizados de toda a soberania de lhes negar o direito de escolherem eles mesmo o seu destino e de decidirem eles mesmo dos seus próprios assuntos” (PAIGC,1974, p.117).

A relação que existia entre os portugueses com os nativos não era uma relação amigável e nem tão pouco harmônica, mas uma relação de exploração e da violência. A escravidão teve efeito devastadora para o povo guineense e cabo-verdianos, principalmente com os povos africanos. A escravidão teve efeito devastadora para o povo guineense e cabo-verdianos, principalmente com os povos africanos.

Os povos guineenses foram escravizados e oprimidos pelo regime colonial portuguesa. A nossa humanidade era questionada e negada pelo regime colonial portuguesa. Os povos eram forçados a aprender a cultura do colonizador e obrigado a negociar a sua identidade. Os colonizadores portugueses, desde a sua “invasão” ao território da Guiné em 1446, declaram a

sua “missão como sendo a de levar a ‘civilização’ e a salvação aos ‘primitivos’ e gentios” (MENDY, 1993, p. 5).

A desigualdade racial e o racismo epistêmico são fenômenos muito mais evidentes no sistema administrativa colonial. Estes comportamentos, no entanto, “baseou-se sempre no princípio de que as populações autóctones das colônias, são inferiores, primitivos e incapazes, por esta razão, elas devem ser administradas exclusiva e diretamente pela metrópole” (PAIGC, 1974, p. 113).

O racismo que estruturou o pensamento do colonizador é um racismo biológico e cultural. As arraigadas expressões e manifestação do pensamento colonial português na Guiné-Bissau se opõe de uma forma mais racializada e desumanizada contra os povos guineenses. Os povos guineenses foram oprimidos, marginalizados e inferiorizados pelo regime colonial português. Os nossos povos guineenses foram fragilizados e fragmentados pelo regime colonial, com efeito de explorar e dominar mais os povos. Este processo de dominação foi um processo muito cruel para os povos guineenses. O regime colonial português foi um regime com característica e comportamento racista, fascista, autoritária, violenta e exploradora. Os povos guineenses foram escravizados e discriminados como seres inferiores. Neste sentido, conforme Munanga e Gomes (2006),

o racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoa que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 179).

A colonização portuguesa na Guiné-Bissau foi um processo muito violento para os povos guineenses. O PAIGC considerava que a única forma de libertar o povo guineense de escravidão e de opressão colonial portuguesa é através da luta armada. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) decidiu ressignificar essa luta por via da força e da violência contra o regime colonialista português, liderado pelo Amílcar Lopes Cabral².

Referimos este termo “resignificar”, porque, já tiveram resistências e guerras de pacificações (guerra de bijagós, de papeis, etc) contra o regime colonial portuguesa. O objetivo da luta era para libertar o povo guineense do jugo colonial portuguesa e também para

² Líder africano e pan-africanista, um dos fundadores do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da nacionalidade guineense e cabo-verdiano.

independência da Guiné-Bissau. Este processo da descolonização feito por PAIGC, construindo uma nova história para o povo guineense e cabo-verdiano. Neste mesmo sentido, segundo PAIGC (1974, p.140), afirma que,

a heroica e tenaz resistência do povo guineense e cabo-verdiano a presença portuguesa e a dominação e exploração colônias, com todo seu cortejo de abusos, arbitrariedades, brutalidades e crimes. Mas sim de um acontecimento decisivo na vida e na história do povo da Guiné e Cabo-verde que, assim, encontrava o instrumento fundamental capaz de o libertar do jugo estrangeiro e retomar o curso da sua história, interrompido pela conquista e dominação colonial portuguesa.

A independência da Guiné e Cabo Verde foi conquistada através de uma luta dura e sangrenta contra o domínio colonial portuguesa. A dificuldade do PAIGC era muito maior para enfrentar o regime, mesmo assim conseguiram conquistar a nossa independência e nossa liberdade. O processo da descolonização na Guiné e Cabo-Verde se deu numa ação de mobilização da população, feita por Amílcar Lopes Cabral (líder e fundador do PAIGC) ou melhor, pelo movimento de luta de libertação nacional que é liderado pelo Amílcar Lopes Cabral. A unidade e luta era um dos principais pilares ideológicos e políticos do PAIGC. O partido mobilizava as massas para a luta de guerrilha contra o regime colonial portugueses (PAIGC,1974).

A questão da unidade era muito necessária e importante na altura para o PAIGC, porque é uma das armas mais estratégica e política para enfrentamento ao regime. Segundo Amílcar Cabral, num importante seminário de formação de quadros do PAIGC e militante em Conacri, novembro de 1969, disse que “o significado de nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser” (CABRAL, 1974, p.7). A luta do povo guineense foi uma luta de grande sacrifício para a conquista da nossa independência e a liberdade do nosso povo. Segundo Cabral (1974) afirma que,

o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver sua vida progredir e para garantir o futuro de seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz e do progresso - independência - tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo, se não se traduzem por uma real melhoria das condições de vida (CABRAL, 1974, p.46).

Amílcar Cabral foi um dos principais idealizadores da formação partidária do PAIGC, além disso, ele também foi um dos grandes visionários pan-africanas do meado do século XX à início do século XXI. O PAIGC, com efeito, conseguiu desencadear a luta armada só através

de mobilizações das massas, e foi uma luta bastante difícil para o PAIGC, mas muito necessário para a conquista da nossa independência e da nossa liberdade. O processo de construção da luta de libertação na Guiné-Bissau e Cabo Verde foi um processo político e ideológico. A luta do PAIGC era contra o colonialismo português e não contra o povo português, como bem explica o Cabral. Segundo ele (1974), afirma que,

nós nunca confundimos "colonialismo português" com "povo de Portugal" e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades de uma cooperação, de amizade, de solidariedade e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens, seja para o progresso da nossa terra, seja para o progresso do povo português (CABRAL, 1974, p.18).

Amílcar Cabral foi um líder revolucionário e carismático, tiveram várias participações nos deferentes fóruns internacionais para a independência dos países africanos, em particular, Guiné e Cabo Verde, que viviam na altura a sob regime colonial português. Durante este fórum internacional, o líder do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Amílcar Cabral, conseguiu obter ajuda dos outros países, principalmente, os países do bloco socialista, como por exemplo, a Cuba, a China e antiga União Soviética (atual Rússia), assim também os países de blocos capitalistas, como o caso de Suécia para independência dos países africanos.

Para o PAIGC, a independência da Guiné e Cabo-verde se conseguiram realizar só através de união e de leal vontade dos patrióticos, anticolonialistas e anti-imperialista guineenses e cabo-verdianos. Após da independência, o PAIGC optou para formação e criação de “novos homens” mais pensantes e mais críticos para melhor defesa do nosso território e melhor desenvolvimento do nosso país. Descolonizar a mente dos povos oprimidos e colonizados significa criar um “novo povo” com a pensamento mais libertadora e emancipadora do seu progresso.

A luta é um processo de resistência e de transformação de um povo. Pois, é muito importante e necessário pensar na descolonização do corpo e da mente do “homem colonizado” para que assim tornar um verdadeiro “**homens novos**” com ações e progressos. Por outro lado, segundo Frantz Fanon (2005),

a descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da história. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A

descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. (FANON, 2005, p. 52-53).

Neste contexto, o autor mostra que mesmo com violência e imposição dos colonizadores contra os colonizados, os colonizados nunca desistiram de enfrentar e demonstrar a sua resistência contra o regime ou contra exploração e dominação de colonizadores. O principal intuito do PAIGC era para combater a dominação colonialista fascista e imperialista portuguesa no território da Guiné-Bissau. O partido conseguiu mobilizar a maioria parte de grupos étnicos para fazer a parte da luta armada contra o regime colonialista português através das suas estratégias políticas e ideologias, mas nem todos estavam alinhados de acordo com a ideologia do partido, alguns chefes preferiram por bem se ajuntar com os colonizadores ou abrir a mão de suas tradições para seguir e obedecer às orientações e a cultura do colonizador. Em outras palavras, conforme o PAIGC (1974),

alguns chefes, menos crédulos e mais prevenidos, recusaram-se desde o início a serem auxiliares dos invasores; defendendo a sua própria autoridade contra a dos estrangeiros, eles defenderam assim a dignidade africana e obtiveram o apoio popular. Mas a inferioridade em armamento e a sua incapacidade em unirem-se condenaram essas resistências ao fracasso (PAIGC, 1974, p. 105).

As manifestações das lutas e resistências por parte dos colonizados foram um pouco desiguais, tardias e dispersas no sentido em que não há uma forte solidariedade ou união massiva entre os povos oprimidos na altura. Existe uma certa dificuldade no processo de luta contra o regime colonial português. O PAIGC era visto na altura pelo regime colonial português como um “movimento revolucionário”. O PAIGC desde princípio se recusaram a serem auxiliar do colonizador e se mostraram sempre a sua resistência e autoridade contra o regime colonial portuguesa.

A escravidão teve um efeito devastadora no continente africano, em particular, os povos guineenses e cabo-verdianos. Os colonizadores portugueses oprimiram brutalmente os povos guineenses e obrigavam-lhe a fazer trabalhos forçados, pagamento de impostos e prestação de serviço ao regime colonial. Nesta mesma linha de raciocínio, segundo Monteiro (2011) afirma que,

durante esse período de aproximadamente cinco séculos (1446 a 1974), os habitantes da Guiné travaram sangrentas lutas de resistências contra os colonialistas portugueses que oscilava entre as questões inerentes a submissão de pagamento de impostos, ao cultivo forçado de colheitas de exportação, trabalhos forçados, serviço militar, obediência às autoridades portuguesa, etc. e até a obtenção da liberdade, soberania e independência. Não obstante, os processos de resistências foram relativamente tardios e dispersos, moldados pelas reações individuais, isoladas e fragmentadas de todos os grupos étnicos

que ora gravitava entre a revolta aberta e a resistência passiva. (MONTEIRO, 2011, p. 227).

Importante reflexão sobre essa questão encontramos nos ensinamentos Mazrui e Wondji (2010), apontam que,

(...) os valores ligados ao nacionalismo assim expandiram-se na África: em meio ao caldo de cultura da resistência e da luta armada, assim como no quadro da evolução pacífica do sistema colonial. Justamente, foi sobretudo através das violentas lutas que os valores do nacionalismo africano apresentaram-se de forma mais contundente. Na realidade, estas lutas armadas não eram explosões nascidas no vazio, mas representavam a continuidade histórica dos movimentos de luta e de resistência que se haviam constituídos contra a invasão e o regime dos colonizadores. (MAZRUI, WONDJI, 2010, p. 571-573).

O nacionalismo em África nasceu a partir das lutas de independência dos países africanos, apenas com movimento de libertação africana ou movimento nacionalista africano. A Guiné-Bissau conseguiu ser um país independente só através da luta armada, embora, foi uma luta que se desencadeou numa resistência aberta e passiva, mais tarde se materializou numa luta armada em 23 de janeiro de 1963. E foi este período que “o PAIGC inicia a luta armada de guerrilha de oposição ao regime colonial, que fica registada pelo assassinato do seu líder e doutrinário, Amílcar Cabral, a 20 de janeiro 1972, sem nunca se vir a determinar quem foi o responsável” (BENZINHO & ROSA, 2015, p.12). A intensão da luta era para libertar a Guiné-Bissau do regime colonial portuguesa (expulsar os portugueses fora do território da Guiné) para a nossa independência nacional.

2- PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA, PÓS INDEPENDÊNCIA, ABERTURA POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colônias portuguesas no continente africano a proclamar unilateralmente a sua independência em 24 de setembro de 1973, pelo PAIGC, na voz (leitura da carta da proclamação da independência) do comandante João Bernardo Vieira (Nino) em Madina de Boé³, mas só foi reconhecida por Portugal apenas em 10 de setembro de 1974, após a revolução de 25 de Abril de 1974. Neste mesmo sentido, segundo Benzinho e Rosa (2015) afirmam que,

³ **Madina de Boé** – fica situada na zona entre Sul e Oeste do país, concretamente na região do Sudeste de Gabú, na Guiné-Bissau, com 73 mil habitantes (segundo senso de 2009). Sector de região de Gabú, com uma área de 3.287 Km², e de 85 povoações. O palco da proclamação da nossa identidade, delimitada por dois enormes rios: Corubal e Fefine.

em 1963, o PAIGC inicia a luta armada de guerrilha de oposição ao regime colonial, que fica registada pelo assassinato do seu líder e doutrinário, Amílcar Cabral, a 20 de janeiro 1972, sem nunca se vir a determinar quem foi o responsável. A 24 de setembro de 1973 o PAIGC declara em Boé a independência unilateral da Guiné-Bissau — tornando-se a primeira das ex-colónias portuguesas a tornar-se independente. Portugal só reconhecerá oficialmente a independência da República da Guiné-Bissau, aquando da deliberação da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 17 de setembro de 1974. (BENZINHO, ROSA, 2015, p.12).

O processo da independência na Guiné-Bissau foi um processo muito difícil para o povo guineense, e era um pouco deferente em relação aos outros países pertencentes a colônia portuguesa, cita como exemplo, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os colonialistas portugueses só compreendem uma “**única linguagem**” a da força e da violência, e sem possibilidade de negociar independência da Guiné com o PAIGC, como fizeram as outras forças colônias com outros países africanos, como o caso da colônia Francesa com o Senegal.

Além disso, o líder e fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Amílcar Cabral, apresentam-se dois programas políticos específicos: o programa mínimo e o programa maior. O “Programa Mínimo” para Amílcar Cabral, se expressa na conquista da nossa independência, liberdade total de nossos povos e formação desses povos (homens novos e livres), com efeito, esse programa foi realizado e cumprido com sucesso, após que o PAIGC ter proclamado sua independência total e a libertação nacional dos seus povos contra regime colonialista português. O Programa Maior, segundo Cabral se expressa na construção de paz, estabilidade, reconciliação e desenvolvimento da nossa terra. Pois, foi um dos programas mais difícil e complicado para o partido.

Após onze (11) anos de luta difícil e sangrenta, o partido de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), conseguiu cumprir o seu programa mínimo, que consistia em conquistar a independência nacional de povos da Guiné e Cabo-verde e as soberanias dos seus respectivos estados mais justa, livre e democrático. O PAIGC é um partido que libertou a nossa pátria, partido este, que foi criado pelo Amílcar Cabral (líder patriótico, nacionalista e revolucionário) e mais outros cinco camaradas, com objetivo de conquistar a nossa independência, libertar totalmente o nosso povo do regime colonialista português para o melhor progresso da nossa pátria. Pois, é uma conquista onde as forças militares (referindo tropas de antigas combatentes, em particular, João Bernardo Vieira (Nino), assim também, no processo de abertura democrática no país.

O Estado guineense foi glorificado pelo PAIGC como um Estado soberana (Estado com seu território e seu povo), Estado anticolonialista, anti-imperialista e democrática. Segundo PAIGC (1974, p.182),

o Estado da Guiné é um Estado soberano, republicano, democrático, anticolonialista e anti-imperialista e tem como os seus primeiros objetivos a libertação total do povo da Guiné e Cabo-verde e a construção da união destes dois territórios para a edificação de uma pátria africana forte e em marcha para o progresso. A modalidade dessa união será estabelecida, depois da libertação dos dois territórios, de acordo com a vontade popular. (PAIGC, 1974, p.182).

A luta de PAIGC não foi uma luta isolada, ela inscreve-se na luta mundial de todas as forças anti-imperialista contra inimigo comum (colonizadores portugueses). Estas lutas tornam-se dez vezes mais poderosa pela sua solidariedade e apoio de todos os países e governos africanos e de todas as forças anticolonialistas e antirracistas do mundo (PAIGC, 1974), inclusive, foi uma resistência e unidade que contribuiu exemplarmente nas lutas de libertação nacional dos países africanos, em particular, os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Após um ano da proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973 pelo PAIGC, o Portugal passa a reconhecê-la oficialmente em 1974 (após a revolução dos Cravos, em 1974) como um Estado independente e soberano. A partir dessa data do reconhecimento do Portugal, o partido da libertação nacional da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), passa assumir o total controle e segurança do território da Guiné-Bissau. Posteriormente, proclama a independência de Cabo Verde em 05 de junho de 1975, construir assim um “Estado binacional” chamado Guiné e Cabo Verde, como bem explica o PAIGC (1999),

em outubro de 1974, o PAIGC assume o controle de todo o território nacional na Guiné e, a 5 de junho de 1975, proclama a independência de Cabo Verde. Iniciou-se, assim, com a libertação e proclamação dos dois e Estados, o cumprimento do Programa Maior do PAIGC, cujos objetivos são entre outros: a edificação e consolidação dos Estados da Guiné e Cabo Verde; a liquidação das bases de exploração econômica, social e cultural dos povos guineense e cabo-verdianos; a construção do progresso, da justiça e felicidade para os povos da Guiné e Cabo Verde. (PAIGC, 1999, p.9).

A luta do PAIGC foi uma luta fundamentalmente estratégica que visa a um objetivo político e ideológico no processo de mobilização e da formação de classes. O partido se tornou como símbolo nacional e internacional na luta política pela libertação da Guiné e Cabo-Verde. A independência da Guiné e Cabo Verde teve uma influência política e ideológica do movimento nacionalista africana ou movimento de libertação africana. O “Cabral compreendeu que os fundamentos da luta pela libertação nacional eram políticos e, portanto, a vitória só seria possível se os movimentos de libertação conseguissem primeiro articular posições políticas, e só depois justificar a ação militar” (LOPES, 2012, p. 9).

A independência da Guiné e Cabo-Verde tinham representado um passo significativo para os povos guineenses e povos cabo-verdianos. Após a independência, a Guiné-Bissau e

Cabo-Verde eram autodeclarados como um Estado binacional, chamado “Guiné e Cabo-verde” governado pelo regime de partido único, Luís Cabral, irmão mais novo do Amílcar Lopes Cabral, (fundador da nacionalidade guineense e cabo-verdiano, assassinado em 20 janeiro de 1973). Durante este período, os dois países (Guiné e Cabo-Verde) tiveram alguns avanços significativos em termos de projeto político e unidade para o progresso de dois “países irmãos”.

O modelo de desenvolvimento que era imposta na altura pelo presidente Luís Cabral, foi inspirado nas ideologias políticas dos países socialistas (Antiga União das Repúblicas Socialista Soviéticas – URSS e Cuba), devidos as fortes relações históricas durante o processo de luta armada e apoios para conquista da independência. Durante três (3) primeiros anos da independência, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde - PAIGC, mostraram para os seus povos o entusiasmo e esperança para o progresso do país. (PAIGC, 1974).

A vitória foi comemorada e vivida com muitas euforias, agitação, promessas de proporcionar o Estado guineense como um Estado mais justa e igualitária para todos os povos guineenses. E muitas dessas promessas não foram cumpridas ou realizadas. As possíveis falhas de tudo isso, tem a ver com as sucessivas crises interna que o PAIGC vem-se enfrentando ao longo dos anos. Estas crises foram condicionadas por vários motivos, como por exemplo, intrigas entre os principais dirigentes do PAIGC, desconfiança, intimidação e insegurança.

Em razão dessa crise interna no partido, fizeram com que houve o primeiro golpe Estado, liderado pelo o comandante general, João Bernardo Vieira (Nino), denominado de “Movimento Reajustador” ou “Movimento Nacionalista”, o qual afastou Luís Cabral da chefia do Estado (regime do partido-Estado), em 14 de novembro de 1980, e fez assumir como presidente (Nino) do “Conselho de Revolução”. O golpe de Estado de 80, na verdade, teve várias versões, não só estes que nos referimos anteriormente. A outra versão também que foi justificada sobre o golpe do 80, por alguns dirigentes do PAIGC que criticavam a forma de governação do presidente Luís Cabral. Segundo Filintro de Barros (dirigente do PAIGC), em seu livro intitulado “Testemunho”.

No prefácio deste livro, ele (2011), explica que, por mais volta que queiramos dar Luis Cabral é um cabo-verdiano de origem e não devia ocupar o cargo de Presidente (de Guiné-Bissau). O nacionalismo guineense saiu muito confundido com este figurino! Era patente para todos que ninguém lutou para substituir o português pelo cabo-verdiano”. Com efeito, muitos desses dirigentes do PAIGC, julgavam que a governação de Luís Cabral na altura, não favorecia os povos guineenses, mas sim os povos cabo-verdianos, porque, toda a sua forma política e de

governar do Luís Cabral era muito mais conduzida de acordo com vontades dos cabo-verdianos e não com vontades dos guineenses.

O golpe de Estado de 80, rompe com o “Estado binacional” entre Guiné e Cabo-verde. Após desse rompimento, a Guiné-Bissau passou a redesenhar estrategicamente outro modelo de Estado guineense para o melhor desenvolvimento da Guiné-Bissau. Com efeito, o país desencadeou para outro modelo político mais plural e democrática. Em 1991, a Guiné-Bissau celebrou a sua primeira abertura de regime democrática, isto quer dizer que, o país pela primeira vez abriu a porta para um regime de multipartidarismo (pluralismo político), quebrando com o regime de monopartidaríssimo do Luís Cabral, no qual João Bernardo Vieira liderava também até 1991, altura que foi celebrado abertura democrática no país. Por outro lado, conforme Benzinho e Rosa (2015), afirmam que,

a Guiné-Bissau independente começa então o seu caminho, com alguns avanços e muitos recuos tendo como primeiro Presidente Luís Cabral, irmão do líder do PAIGC assassinado em 1973, Amílcar Cabral. Os primeiros anos pós independência são muito agitados, registando-se até 1979 o fuzilamento de ex-Comandos africanos e de cidadãos conotados com o Partido FLING, bem como uma tentativa do Presidente de implementar um governo de inspiração socialista, num projeto de Unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde que termina abruptamente em 1980, com um golpe de estado perpetrado pelo Primeiro-Ministro Nino Vieira, que assim assume a liderança do país. (BENZINHO, ROSA, 2015, p.12).

Seguindo este prisma é necessário destacar que os possíveis problemas que conduziram o país para uma profunda instabilidade e retrocesso a pós sua independência, se enseja nas profundas rivalidades e contradições internas entre próprios camaradas de luta, ou por uma implacável repressão aos opositores da luta de libertação nacional e do regime. Um ponto ilustrativo dessas contradições foi a consagração da pena de morte no ordenamento jurídico da Guiné-Bissau, porquanto o mesmo não se verificava em relação a Cabo-Verde (PAIGC, 1999), e que se desencadeou no primeiro golpe de Estado militar, comandado pelo comandante general Joao Bernardo Vieira (Nino) em 14 de novembro de 1980.

Este golpe foi um marco histórico político na Guiné-Bissau, porque, foi o qual que derrubou o então regime de partido-único de presidente Luís Cabral, irmão mais novo de Amílcar Cabral (pai e fundador da nacionalidade guineense e cabo-verdiano). Embora, essas rivalidades, desconfianças e conflitos não começaram com o regime do partido único, liderado pelo Luís Cabral, mas é uma problemática que teve a sua origem desde o processo de luta armada. Nesta perspectiva, segundo PAIGC (1999) esclarece que,

sob a liderança do partido único, a gestão do país caracterizou-se, essencialmente, esforço de alargamento e implantação das estruturas do Estado, pelo relançamento da economia nos moldes socializantes, pela presença de uma segurança de Estado tentacular e eficaz, por uma implacável repressão aos opositores da luta de libertação nacional e do regime, mas também pelo alargamento da rede do ensino e da saúde e por profundas alterações no ordenamento jurídico guineense visando a justiça social e a consolidação da cidadania guineense. (PAIGC,1999, p.9).

Depois do golpe de 80, o Nino Vieira passou assumir a função de presidente do conselho da revolução na Guiné-Bissau, começou a efetuar várias grandes reformas no campo político e social através da revisão constitucional. Depois da abertura política, o regime do Nino Vieira, promoveram na altura uma estabilidade política, econômica e social do programa de ajustamento estrutural que conduziram a Guiné-Bissau integrar a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)⁴ em 1997 e adopta o Franco CFA como moeda nacional, substituindo o Peso. O país é também membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental-CEDEAO desde 1975 (BENZINHO & ROSA, 2015).

A inserção da Guiné-Bissau na UEMOA, para alguns economistas guineenses foi um processo de geopolítica e geoestratégica por parte de alguns países de UEMOA, em particular, o Senegal. A troca da moeda local, “**Peso**” (moeda nacional) para a moeda internacional, **Franco CFA** como moeda nacional, não foi tão importante na altura para os povos guineenses, porque, a economia guineense na altura era muito precária. Após dessa troca de moeda, tornou-se ainda mais precária, por certas ingerências externas, político, econômico e monetária, por parte de alguns países integrantes dessa organização de integração regional, isto é, Mali, Niger, Togo e o Senegal, em nossa economia local.

O processo democrático em África é um processo muito complexo e problemática que regista, digamos assim, avanço e recuo deste fim da guerra fria (entre Estado Unidos de América – EUA e União Soviética), altura que se constata uma tendência a assunção de uma forma de estar mais concentrado em requisitos da democracia liberal. A luta em África por uma vivencia democrática não constitui um fenómeno dos anos noventa.

Depois de ano noventa, alguns Estados africanos, como por exemplo, Cabo-verde e Senegal, registaram proveitos significativo com aprofundamento dos seus processos democráticos, e outros países tiveram um recuo considerável com as alterações constitucionais que reforçaram os poderes dos presidentes, como o caso da Guiné-Bissau e da Guiné-Conacri.

⁴ UEMOA – É uma organização de integração regional ou da união econômica e monetária do Oeste africana. Esta organização foi criada no dia 10 de janeiro de 1994, cujos integrantes de oito países africanos, tais como: Burkina Faso, Senegal, Niger, Mali, Benin, Guiné-Bissau, Togo e Costa de Marfim. Todos estes oito países contam com um Banco Central único, o BCEAO, uma moeda comum e única é o Franco CFA.

Além disso, após de golpe de Estado de ano 80 na Guiné-Bissau, o país ainda passa a conviver alguns pouco tempos a existência de um partido único como herança das lutas de libertação nacional. O processo democrático na Guiné-Bissau se deu através de manifestação e de pressão dos alguns movimentos de partidos políticos, como o caso do Partido de Movimento de Bafatá (RGB – MB), Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) e o Partido da Renovação Social (PRS) contra a independência de regime monopartidário (regime do partido único) no país, liderando pelo regime golpista de Nino Vieira, que colocavam em causa a participação política, direito a diferença, pluralismo de político, em defesa de uma suposta unidade nacional mais consolidada, como Amílcar Cabral sempre manifestava, assim também, em defesa da construção de nação. Em razão disso, que se deu o segundo congresso extraordinário do PAIGC, que foi um momento histórico para os dirigentes e simpatizantes do PAIGC. Durante este congresso que o presidente Nino Vieira se anunciou a independência de regimes multipartidários no país ou deu início o pluralismo político e do multipartidarismo na Guiné-Bissau, em janeiro de 1991.

Após abertura política, o país marcou uma etapa importante e histórico no cenário político guineense, possibilitaram as novas formações de partidos políticos (pluralismo de ideias), criação das organizações não governamental (ONGs), associações e movimentos sociais. Neste mesmo sentido, segundo Zeverino e Castelo (2000) explicam que,

em janeiro de 1991, durante II congresso extraordinário do PAIGC, o presidente Nino Vieira anunciou o início da democratização do país, tendo para o efeito sido alterada a constituição, de modo a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa. A formação deste novo sistema político e as alterações institucionais que se lhe seguiram, iniciaram um processo de criação de condições para intervenção política cada vez mais acentuada de outros atores sociais, que até então tinham tido pouca visibilidade. Organizações políticas e agrupamentos sociais surgem em grande número, dando voz a novos atores políticos e sociais. Os anos de 1992 e 1993 ficaram marcados por medidas concretas adoptadas no sentido da democratização do país. Em 26 de fevereiro de 1993 é público um novo texto constitucional no boletim oficial, que consagra a república da Guiné-Bissau como um estado democrático de direito (ZEVERINO & CASTELO, 2000, p. 45).

Com base nessas considerações, entende-se que o regime de multipartidarismo chega em 1991, e só em fevereiro de 1993 que a democracia guineense passou a ser oficializada e reconhecida constitucionalmente como Estado democrático, só após que foi publicação no boletim oficial. Depois da oficialização, o Estado guineense passou a ser reconhecida institucionalmente como um Estado direito e democrático, segundo constituição da república, em seu art. 3º, ou melhor, como um “Estado da democracia constitucionalmente instituída,

fundada na unidade nacional e na afetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas, e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa”. (ANP, 1996, p.7).

A Guiné-Bissau passou a ser livre da constituição de partidos políticos, como manda a nossa constituição, no seu art.4º. “os partidos políticos podem concorrer para organização e expressão da vontade popular do pluralismo político”. (ANP, 1996, p.7). O PAIGC é um partido que libertou a Pátria e protagonizou as algumas pequenas transformações políticas, econômica e social no país, nomeadamente a abertura a um sistema político multipartidário” (PAIGC, 1999). E foi também, o partido que mais protagonizou algumas instabilidades no país. O PAIGC se declarou como partido democrático, mas o poder real ainda continuava concentrado na mão de certos dirigentes políticos do partido. Além disso, segundo Zeverino e Castelo (2000), trazemos panoramas que explica que,

na sequência das primeiras eleições multipartidárias, vencidas pelo PAIGC em 1994, este dividiu-se profundamente na altura da escolha do primeiro ministro e da formação do primeiro governo democraticamente eleito. O carácter sério desta crise foi evidenciado pelo recurso à votação de conselho do partido para a escolha do chefe de governo. O secretário nacional do partido, Manuel Saturnino da Costa, foi eleito primeiro ministro, derrotando Carlos Correia, o candidato preferido pelo presidente da república, Nino Vieira. Este episódio, que para alguns era um aprofundamento da democracia interna do PAIGC, foi considerado por outros como uma prova de profunda divisão e incapacidade para construir consenso (ZEVERINO, 2003, p. 57).

Em julho de 1994, o país realizou a sua primeira eleição multipartidária presidencial e legislativa, na qual o candidato Joao Bernaldo Vieira (candidato suportado pelo PAIGC, partido que ele pertencia), conseguiu sair como vencedor no segundo turno de escrutínio presidencial com maioria absoluta de votos contra ao seu adversário Kumba Yalá⁵ (candidato derrotado) líder do Partido da Renovação Social – PRS. Neste sentido, segundo Zeverino e Castelo (2000),

como se pode observar pela leitura do quadro, candidato do PAIGC às eleições presidenciais, o presidente Nino Vieira, obteve na primeira volta 46, 2% dos sufrágios expressos, tendo participado numa segunda volta com o candidato KumbaYala, que obteve 21, 9% dos votos. A segunda volta foi ganha por Nino Vieira, que como presidente da república eleito, se manteve como chefe de estado da república da Guiné-Bissau (ZEVERINO & CASTELO, 2000, p.51).

⁵ Líder e fundador do Partido da Renovação Social – PRS, ex-presidente da Guiné-Bissau em 2000 e foi deposto em 2003 por golpe de Estado militar “pacífico”, sem derramamento de sangue. Morreu com 61 anos devido problemas de saúde em 2014.

Situações similares são pontuados por Biffa (2013) de forma mais profundadas e objetivas, no qual para ele,

as primeiras eleições pluralistas, legislativas e presidenciais, foram realizadas em 3 de julho e 7 de agosto de 1994, nas quais João Bernardo Vieira, foi eleito democraticamente primeiro presidente. Em 1998 estala o conflito político-militar; após onze meses de conflito, destituiu-se o então presidente João Bernardo Vieira, em 1999. E, foram realizadas novas eleições em janeiro de 2000, onde Koumba Yalá, líder de PRS (Partido de Renovação Social) saiu vitorioso. Dois anos depois, foi destituído do Poder por golpe de Estado, de 2003. O país viveu sob o período de transição liderado por Henrique Pereira Rosa até as eleições de 2005, em que João Bernardo Vieira foi reeleito ao mais alto cargo da nação, cargo que exerceu até dia 2 março de 2009 (data em que foi assassinado). As eleições antecipadas foram realizadas em junho do mesmo ano, vencidas por Malam Bacai Sanha. Em 2012, com a morte do então presidente da República, Malam B. Sanha, o país viveu mais um período de transição, no qual o presidente de Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira, assumiu interinamente a presidência da República, até as eleições, que foram realizadas só na primeira volta, devido o golpe de Estado de 12 de abril de 2012. É, então, este conjunto de fatores de instabilidade no país, que ao longo dos últimos anos pós-independência resultam em consequências fortemente sentidas principalmente nos jovens, adiando assim, seus futuros e o desenvolvimento do país. (BIFFA, 2013, p,6).

A abertura democrática na Guiné-Bissau possibilita um novo avanços e desafios dentro do cenário político guineense. Essa mudança foi marcada com ascensão do regime militar no poder, mas, que não foi de muito tempo e foi interrompida pela segunda golpe político militar no país, no dia 7 de junho de 1998, conhecido como “Revolta dos mais-velhos ou Junta Militar”, liderado pelo brigadeiro general Ansumane Mané (**Brilk Brak**)⁶.

Estes problemas de golpe Estado, por sua vez, vêm se criando no país as profundas crises políticas, sociais, institucionais contra o Estado de direito democrático. O conflito político militar de 1998 foi um dos períodos mais difíceis da história da Guiné-Bissau, desde a abertura democrática no país. Diante desta situação, a Guiné-Bissau passou-se a enfrentar series problemas sociais (pobreza, fome, injustiça, assassinatos, etc) e profunda crise política e econômica no país. Os atores políticos guineenses têm dificuldades de lidar com democracia, a divergência de opinião e de ideias é muito fundamental na democracia. Pois, ela não sobrevive sem debate e sobre os desempenhos democráticas dos seus governos e das suas instituições.

A Guiné-Bissau adotou um regime político do sistema semipresidencialista, onde existe respeito pelas nossas diferenças e as nossas complexidades, respeito aos poderes democráticos e separação de poderes entre os órgãos soberanas que representam a nossa *Rés Pública*

⁶ **Brilk Brak** é o nome de guerra que é dado pelo PAIGC, como um grande guerrilheiro, comandante de corpo do Exército e responsável pela frente Sul. Nascido em Gambia, pertencente a etnia mandiga. Em 1962 ingressou nas fileiras do PAIGC. Assassinado em 30 de novembro de 2000, em Bissau.

(significa coisa pública para o bem comum de todos cidadãos). Os órgãos soberanos na Guiné-Bissau são compostos por 4 poderes: poder Judiciário (Tribunais), poder Legislativo (Assembleia Nacional Popular-ANP), poder Executivo (Governo) e o Presidente da República. Estes poderes são poderes pautados no nosso ordenamento jurídico, político e institucional, em seu art.59º. (ANP, 1996, p.26).

O regime semi-presidencialista muitas vezes foi considerado como o melhor sistema de governo, porque possibilita um equilíbrio efetivo entre poderes soberanos e sua interdependência, ou seja, o regime semi-presidencialista (assim também, o regime presidencialista) pressupõem princípios de separações de poderes ou princípios de interdependência de poderes, respeitos aos poderes democráticos e as suas instituições.

Deste modo, para Maurice Duverger (1986, p.14), o sistema semi-presidencialismo é um “sistema de governo no qual o Chefe de Estado é eleito pelo povo. Sendo que se verifica a existência de poderes reais do mesmo. Poderes como o de veto das leis do Parlamento, que pode exercer sem a dependência de referenda ministerial”.

O sistema do regime semi-presidencialista na Guiné-Bissau, pode ser compreendido como uma junção de dois sistemas soberanas, presidencialista e parlamentarista, no qual, o presidente da república não tem competência de intervir politicamente e ideologicamente nos outros poderes, como por exemplo, na Assembleia Nacional Popular – ANP, na justiça e no governo, porque, são poderes interdependentes e soberanos e nunca pode ser confundido como um regime ditatorial ou autoritário. Nesta mesma linha de raciocínio, para Kaftt Kosta (2016),

o chamado sistema semi-presidencial, pela sua origem histórica e lógica sistemática, pertence menos ao campo do presidencialismo do que ao do parlamentarismo. Mas nas suas análises às disposições constitucionais portuguesas concluem que o sistema não corresponde, fundamentalmente, nem ao modelo presidencial nem ao modelo parlamentar convencional (KOSTA, 2016, p.14).

O sistema “semi-presidencialista”, assim também, sistema “presidencialista” a meu ver, são um dos sistemas um pouco mais melhor, em relação aos outros sistemas que já foram experimentadas. Estes sistemas, no entanto, cria os princípios da interdependência e o respeito aos poderes soberanos. Cada um desse poder é soberano, e funciona com a total liberdade sem interferências arbitrárias e subordinações de outros poderes. A separação de poderes faz parte das regras do jogo dos exercícios políticos da democracia, sem isso não há uma verdadeira democracia. Ela pode ser entendida como uma condição para regime democrático.

Por outro lado, vale lembrar que Guiné-Bissau, possui um sistema do modelo da democracia indireta e participativa, onde todos os cidadãos têm direitos de participar no

processo eleitoral e na escolha dos seus representantes ou melhor, é um tipo da democracia que só funciona através de eleição periódicas, onde todos cidadãos têm os seus direitos de participar e de escolher aos seus representantes, independente da raça, etnia, cor ou religião.

Esses representantes escolhidos pelos povos, exercem poderes no lugar de povos, quer dizer que, o povo se elege um corpo de representante, estes corpos são cidadãos que elegem aos seus representantes. Da mesma razão, o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos traz para nós uma reflexão muito importante sobre como esse sistema da democracia representativa está sendo conduzida pelos atores políticos (representantes de povos) e aos seus representados (povos). Santos (2016) afirma que, esse sistema da democracia representativa é um mero paradoxo e utópico para os cidadãos.

A democracia representativa é um regime político no qual os cidadãos (inicialmente uma pequena percentagem da população) concentram seu poder democrático na eleição dos decisórios políticos. Uma vez eleitos, estes passam a ser os titulares do poder democrático que exercem com mais ou menos autonomia em relação aos cidadãos. Essa autonomia dos representantes é algo paradoxal. Se, por um lado, é um requisito para que a democracia funcione, por outro, é um fator de tensão entre representantes e representados, a ponto de em algumas situações a maioria dos representados não se reconhecer nos representantes, não se sentir representada por estes (a patologia da representação). (SANTOS, 2016, p.119).

A democracia representativa não garante as nossas condições materiais e nossos direitos enquanto povos. A nossa liberdade continua sendo violada e os nossos votos continuam simplesmente ser **“roubados”** por aqueles que nós mesmos achamos que são os nossos representantes, pelo contrário, são representantes dos seus aliados. O grande desafio da democracia representativa é permitir que a representação seja realmente uma representação de interesses do povo e para o seu bem-estar social, e não, por exemplo dos interesses de certos grupos políticos partidários. A Guiné-Bissau, infelizmente, ainda deparam com esses problemas, onde o poder que emana do povo é sempre tem sido subtraído pelo poder do dinheiro e material por parte dos nossos atores políticos.

O poder político na Guiné-Bissau está sendo capturado pelo poder econômico, e isso, no entanto, diminui o poder social e ainda acaba esvaziando inclusive a ideia de **“Rés Pública e do Estado do direito democrático”**. A democracia representativa se enseja no contexto global no molde mais dominante ao sistema neoliberal. A Guiné-Bissau, é exemplo disso, onde ainda é notório, a fragilidade na representação aos nossos deputados/as da nação. O país ainda apresenta uma grande crise de representação, os próprios aqueles que os povos escolhem como os seus representantes, muitas das vezes não se representam e maioria representam a sua

formação política e seus aliados em benefício do interesse do partido e interesse pessoal, mas, não interesse comum do povo guineense. A maioria dos deputados/as guineenses vendem os seus discursos que são representantes de povo, mas na prática muitas vezes não funciona como deve ser, e muitas das vezes, escutamos vários discursos falaciosos dos nossos deputados/as sobre a defesa do seu povo, as instituições democráticas e a consolidação da democracia no nosso país. A maioria dos nossos deputados e deputadas, nos últimos anos, tem incitado a população a propagar de ódio contra algumas entidades públicas ou alguns adversários políticos, como também, incentivar o descumprimento de decisões judiciais por parte de algumas entidades públicas do país. Alguns partidos políticos na Guiné-Bissau evocam a palavra democracia como um pretexto para promoção das ideias antidemocráticas. Os governantes guineenses ainda têm uma grande dificuldade de viver na democracia.

O modelo da democracia que foi instalada na Guiné-Bissau é um modelo com designo quase um pouco similar com alguns países europeus, e que não condiz com a nossa realidade social e política. E ela foi estabelecida sem que haja um estudo de base, se na verdade há possibilidade de ela poder funcionar na Guiné-Bissau ou não. Com efeito, é uma democracia muito frágil, porque, foi instalada de uma forma um pouco precipitada, sem que haja debates públicos, campanha de cívica de conscientização de cidadãos e a participação desses cidadãos na construção desse referido projeto político. De acordo com o sociólogo guineense, Carlos Lopes (1994, p. 56-66), “advoga ao mesmo a necessidade da liberação, e conseqüente redução do papel inventor do Estado, e o aumento da liberdade democrática, esquecendo os imperativos da construção nacional, que foram o motor da transição passada”.

A democracia deve ser compreendida como um grande concerto de interesses públicos, governos dos contrários, mas também dos possíveis mediante as ideias contrárias e não contrárias, mas sem esquecer que essas divergências na democracia fazem parte dos seus princípios democráticos, porque, só com essas divergências de ideias que podemos criar um caminho para paz e o desenvolvimento para o país. Pois, é na democracia que os povos livres se realizam a sua existência. Ela significa soberania popular do povo e governo da maioria com o poder limitado e com o respeito aos direitos fundamentais do povo.

Por outras palavras, a democracia pode também, ser compreendida como o “governo das leis” e não “governo dos homens”, como bem afirma o jurista italiano, Norberto Bobbio. Segundo ele (1986), mostra que,

O governo das leis celebra hoje o próprio triunfo da democracia. E o que é a democracia se não um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) para a solução dos conflitos sem derramamento de sangue? E em que consiste o bom

governo democrático se não, acima de tudo, no rigoroso respeito a essas regras? Pessoalmente, não tenho dúvidas sobre a resposta a essas questões. E exatamente porque não tenho dúvidas, posso concluir tranquilamente que a democracia é o governo das leis por excelência. (BOBBIO, 1986, p. 171).

A democracia é a necessidade da harmonia entre poderes constituídos. A defesa do Estado democrático de direito é a defesa da constituição democrática. A lei e a ordem têm um papel muito importante na defesa da democracia e das liberdades fundamentais dos direitos e garantias dos cidadãos, assim também, na preservação e no restabelecimento da democracia. O Estado da Guiné-Bissau é um Estado com a democracia frágil, tendo em conta a sua ineficácia de implementação de regime democrática no país, a má funcionalismo do Estado e do governo, usurpação do poder por via da força, quedas de sucessivos governos ou interrupção de sucessivos governos eleito democraticamente.

2.1. PROBLEMA DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

A democracia na Guiné-Bissau foi instalada de forma um pouco precipitada, isso quer dizer que, não foram feitos trabalhos de base para sua implementação no país, não houve debates públicos a nível nacional, o povo não é conscientizado civicamente sobre a chegada da democracia no país, não houve campanha de sensibilização para os cidadãos guineenses, e o país não estava preparada na altura para implementação desse modelo democrático. Contudo, ela é um sistema que não se condiz com realidade do povo guineenses, por razões das suas diversidades culturais, étnicas e religiosas. A Guiné-Bissau, enquanto Estado enfrenta serie de dificuldade na sua democracia, e apresenta-se como um Estado institucionalmente frágil em termo político, econômico e social.

A democracia é um regime muito complexa e problemática na Guiné-Bissau. O país ainda convive numa profunda margem de corrupção, de instabilidade e de autoritarismo político. Essas situações que a Guiné-Bissau atravessa durante muitos anos, precisam ser debatidas e combatidas mais urgentemente no Guiné-Bissau, porque retrocedem o desenvolvimento político, econômico e social no país. Além disso, criam também o mal-estar nos seios da sociedade guineense e reproduz uma má imagem da Guiné-Bissau no exterior.

A democracia em maior parte dos países africanos ainda é um grande problema, porque, foi instalada sem nenhum preceito que vai em conformidade com a nossa a realidade sociopolítica e econômica do continente. Neste sentido, segundo historiador africano, Christophe Wondji e professor Ali Al'amin Mazrui (2010), afirmam que,

a África dos anos 1990 pode ser definida como um cenário marcado por crise econômica e política, por tensões e guerras, bem como pelo “afropessimismo”, por um lado, mas igualmente pela democratização e por um maior respeito aos direitos humanos. Sem sucumbir ao mito de uma África arrasada, gangrenada por misteriosas doenças, arruinada por tiranos corruptos e lutas tribais sanguinárias, é-nos forçoso constatar que a África não pode ser tomada como exemplo. (MAZRUI; WONDJI, 2010, p.1133-1134).

De acordo com Zeverino (2000), esse fenômeno faz parte da conjuntura da natureza humana, e ele se apresenta numa conjuntura global. A África, no entanto, não pode fugir também dessa problemática e desta regra democrática global. “O conflito faz parte dos fatores que condicionam a evolução de qualquer sociedade humana. A África não foge desta regra. A grande diferença é que, noutros continentes, o conflito tende a ser resolvido por meios pacíficos, em África assume uma forma violenta”. (ZEVERINO,2000, p.19).

A situação da democracia em África ainda apresenta uma série de complexidade e dificuldade por parte de governantes africanos. Apesar que é uma democracia muito jovem, quase pouco a mais de trinta anos da sua existência. Pois, ainda está em construção no nosso continente africano, mas isso, no entanto, não se justifica a sua falha e violação constante por partes dos dirigentes africanos, ou melhor, por partes das elites políticas africanas.

A democracia na Guiné-Bissau é um processo muito complexo, apesar de seguir alguns rituais universais carece muitas das vezes de fiscalização e de boa governança por parte das autoridades guineenses. Este problema não foi de agora, mas foi um reflexo dos problemas do passado que não foi resolvido desde abertura democrática no país. Por fim, cria profundas instabilidades políticas e sociais no país. O principal fator da instabilidade política na Guiné-Bissau, tem a ver com classe política guineense e a classe militar que muitas vezes acaba sendo utilizada como um reboque pela força política.

A Guiné-Bissau tem vivido um período de enormes crises, uma crise real de fome, de miséria, de assassinatos e vários golpes de Estado que bate à porta de guineenses e sacrificando a nossa dignidade enquanto povo. Vale destacar, alguns exemplos de golpe de Estado na Guiné-Bissau, como podemos ver, golpe político-militar de 1980 (derrube do ex-presidente da República, Luís Cabral), 1998 (derrube do ex-presidente da República, João Bernaldo Vieira /Nino, eleito democraticamente), 2003 (derrube do ex-presidente da República, Dr. Koumba Yalá, também eleito democraticamente), 2009 (assassinato do ex-presidente da República, João Bernaldo Vieira, eleito democraticamente) e 2012 (Não realização de segundo turno na qual o ex-primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior vulgo “Cadogo Filho”, era candidato e obrigado a exilar no exterior). Este, no entanto, foi último ainda golpe Estado que no país já teve.

O golpe que derrubou o ex-presidente da República, eleito democraticamente, Joao Bernardo Vieira (Nino). Em consequência disso, o país sofre um profundo retrocesso na sua democracia e no seu desenvolvimento econômico e social. O grave de tudo isso, é a interrupção da nossa democracia, que já teve a sua implementação a menos de quatro anos no país. Este conflito, no entanto, foi considerado como um golpe político-militar.

A Guiné-Bissau foi construindo com união e solidariedade do povo, como Amílcar Cabral, denomina de “unidade e luta”. A povo guineense quando expressa sua soberania, muitas das vezes acabando sendo tiradas pelo golpe de Estado. A Guiné-Bissau, desde sua abertura democrática até a data presente, já contava com mais dez (10) presidentes da república e mais de vinte e sete (27) primeiros-ministros. A maioria destes presidentes e primeiro ministros, não conseguiu terminar o seu mandato (com exceção do ex-presidente José Mário Vaz, conhecido por Jomav, que já conseguiu pelo menos terminar o seu mandato completo).

Pois, todos que já passaram antes do ex-presidente Jomav, infelizmente, não conseguiram terminar os seus mandatos completos, devido às sucessivas violações da constituição da república com golpe de Estado e desrespeito às instituições democráticas ou por motivos doenças prolongadas. Enquanto, os primeiros-ministros, infelizmente, todos que já passaram ainda, não conseguiram terminar os seus mandatos completos, devido ao golpe Estado político militar ou por motivo de reprovação do programa do governo, ou melhor, a demissão do governo pelo presidente da república, como manda nossa Constituição Republica no seu art.104. “O presidente da República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da Republica, ouvindo o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular. (ANP,1996, p.45).

Segundo Benzinho e Rosa (2015), ainda nos explicam muito mais detalhadas sobre esse assunto,

a guerra civil termina em 1999 com a renúncia de Nino Vieira ao cargo e a assunção de funções interinamente pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá. Entre as eleições de 2000, em que Kumba Ialá é eleito Presidente da República e 2015, o país viveu períodos políticos e militares de alguma tensão que se traduzem em dois golpes de Estado (2003 e 2012), oito Presidentes da República (um deles assassinado em 2010) e doze Primeiros-Ministros. Em agosto de 2015, depois de o Presidente da República demitir o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, o PAI GC, partido mais votado nas eleições legislativas de 2014, formou novo governo encabeçado pelo histórico membro do PAIGC, Engº Carlos Correia.(BENZINHO & ROSA, 2015, p.13).

Deste modo, segundo filosofo político guineense, Carlos Cardoso (2002), referimos que,

a história contemporânea da Guiné-Bissau independente tem sido marcada por uma sucessão de conflitos e de atos de violência política e institucional que têm marcado a memória coletiva do seu povo, influenciando desta forma a sua cultura política. A independência foi recebida com um entusiasmo, que se generalizou, e que por vezes se tornou inconsciente aos problemas inerentes, com esperanças e incertezas quanto ao futuro da Guiné-Bissau. A luta continuava, embora agora o inimigo já não fosse o colonialismo português; estava agora dentro da sociedade guineense, nas fraquezas das próprias instituições que, desde o princípio, não correspondiam aos objetivos a atingir nesta nova fase de luta para a construção de uma nova nação, com muitas etnias diferentes umas das outras e em que se distinguiam os guerrilheiros do P.A.I.G.C, os antigos combatentes do lado português e a população testemunha sacrificada de onze anos de conflito armado. (apud ZEVERINO; CASTELO, 2000, p.37-38).

O golpe de Estado é um dos principais meios para subversão de ordem constitucional na Guiné-Bissau. O golpe muitas das vezes “não tem necessariamente de haver uma força de rebelião contra o governo. Acontece, por vezes, serem os próprios membros ou líderes do governo os que agem contra o sistema, de maneira a poderem aumentar o poder que têm sobre uma nação” (SACRAMENTO, 1995, p.21). Pois, é importante destacar que o golpe Estado pode-se manifestar por várias maneiras, seja por rebelião militar ou por revoltas de partidos de oposição.

O golpe de Estado na Guiné-Bissau, passou a tornar-se como uma prática quase norma no país, provocado sempre pela classe política, em colaboração com as classes militares. O golpe de Estado na Guiné-Bissau não pode ser uma solução para resolução dos problemas dos guineenses, não é com autoritarismo e extremismo que nós iremos conseguir a paz e tranquilidade no país, pois, é só com diálogo e com respeito a constituição que nós vamos conseguir resolver problemas dos guineenses. E cada ator político guineense cumpra com seu papel e respeitando o papel do povo, buscando uma harmonia que vai significar na resolução do problema do povo guineense.

O problema na Guiné-Bissau está muito presente nas classes políticas guineenses e não nos militares, apesar são utilizados para fazer parte do processo. Com base nesse pressuposto, para o cientista político norte-americano, Samuel Phillips Huntington (1994), as causas mais importantes da invenção militar na política não são militares, mas políticas, e refletem não as características sociais e organizações das forças militares e sim a estrutura política e institucional da sociedade. Os governantes guineenses muitas vezes não governam para povo, mas sim pelos seus aliados políticos e seus leitores. Este comportamento, no entanto, infringem a nossa constituição e violam todos os direitos democráticos de Estado de direito na Guiné-Bissau. Nesta perspectiva, segundo sociólogo Anthony britânico, Giddens (2004), esclarece que,

Estas falhas dos governos nacionais, fazem-nos acreditar por um lado, num certo tipo de cinismo crescente acerca de políticos que alegam ser capazes de prever ou controlar assuntos globais, que transcendem as fronteiras de estado-nação. E muitos cidadãos apercebem-se de que os políticos não têm capacidade para influenciar as mudanças que ocorrem a nível global, encarado assim com grande suspeita as suas proclamações de sucesso (GIDDENS, 2004, p. 434-435).

Falar da história recente da Guiné-Bissau em seus 47 anos de independência, é falar na verdade de um Estado institucionalmente frágil, com uma democracia fracassada. As instituições de Estados quase totalmente polarizados e partidarizados pelas classes políticas. A falta da vontade política e desrespeito à constituição democrática. Esta situação, com efeito, promove muito mais as instabilidades políticas, econômica e social no país.

O papel que os nossos atores políticos tem sido desempenhado ao longo dos anos, diria até os momentos atuais (2021), não são muito dignos para um país que ainda deparam com series problemas econômicas, sociais e política. E isso, no entanto, demonstra uma enorme imaturidade política dos nossos governantes e a falta de interesse pública em detrimento das políticas públicas. Em detrimento dessa situação, entende-se por bem que é necessário e urgente combater o fim do regime autoritária e ditatorial na Guiné-Bissau, e criar novos mecanismo que passam promover a paz social, o desenvolvimento econômico, a coesão nacional, a instalação de um regime democrático e a sua consolidação no país.

3. DEMOCRACIA E SEU PROBLEMA SEMÂNTICA

Uma das maiores dificuldades no tratamento da democracia no mundo é exatamente na sua complexidade de interpretação enquanto conceito. A elasticidade semântica do conceito da palavra democracia é muito bem complexa e utópica exatamente no seu modo semântico enquanto conceito, ao contrário do que muitos entendem sobre a democracia. E essa complexidade traz para nós significados muito transversais sobre o que define a democracia.

Neste sentido, cada país acredita no seu modelo da democracia. Ela pode ser entendida para outros países como as instituições fortes que garantem a liberdade e a igualdade individuais dos cidadãos; ao contrário dos outros países, entende-se que democracia é um sistema política que facilita aos ditadores a chegarem no poder, e estes, por fim, promovem a ditadura. No entanto, isto demonstra-se que, a democracia é uma palavra muito complexa e ambígua, pois, nela existem múltiplas interpretações sobre o que ela define mesmo.

A democracia é uma palavra complexa, ela traz uma série de exigências conceituais e metodológicas. De maneira antagônica, ela é uma palavra que muitas das vezes é associada como coisas ou imagens. Vale lembrar que o conceito da democracia não é algo exato, estável

ou fixo, ao contrário, “é algo dinâmico, em constante apreçamento, sendo valido dizer que nunca foi plenamente alcançado” (BASTOS, 1992, p.147).

Quando falamos em democracia, certamente, estamos a falar de um regime político, mas pelo visto, a concepção da palavra democracia está muito mais além do regime político. Pela historicidade dela, demonstra que, ela se altera e se fundamenta também, e as vezes ela fica mais restrita ou mais abrangente. Para a melhor compreensão de tudo isso, precisamos primeiramente entender a origem da palavra democracia. Segundo filosofas brasileiras, Maria Luzia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins (1993), explicam que,

a palavra democracia vem do grego demos (“povo”) e kratia, de kratos (“governo”, “poder”, “autoridade”), significa ‘governo do povo’, ‘governo de todos os cidadãos’. Os atenienses são o primeiro povo a elaborar teoricamente o ideal democrático, dando ao cidadão a capacidade de decidir os destinos da pólis (cidade-estado grega). Em Atenas, no século VI a.C., o povo grego encontra ágora (praça pública) o espaço social para o debate e o exercício da persuasão. (ARANHA & MARTINS, 1993, p. 433).

Neste sentido, entendemos de fato que, o sistema da democracia grega era muito mais direto e restrito, onde a maioria parte dos **“cidadãos”** não tinham direito de participar nas tomadas de decisões políticas na cidade, e eles são excluídos (escravos, estrangeiros e mulheres) do processo de discussão e das decisões relativas das coisas públicas da cidade-pólis. As pessoas que tinham direitos de discutir e decidir as leis na cidade são pequenas parcelas de populações (cidadãos – homens de pai e mãe ateniense). A democracia que era exercida pelos atenienses é totalmente deferente da democracia que está sendo exercida atualmente.

As possíveis diferenças entre ambas democracias (antiga e moderna) é o seguinte: para os atenienses a democracia era representada de forma mais direta e iliberal, onde só participavam os pequenos grupos que eram apenas considerados **cidadãos ateniense** (homens de pai e mãe ateniense) que tinham direitos na tomada de decisões políticas na cidade-pólis. A eleição nunca foi parte central da democracia atenienses e ela não se pressupõe em tese que todo indivíduo faz parte da vida política como foi explicado anteriormente.

A democracia ateniense foi vista como democracia primaria, e ela foi uma das bases mais formidáveis para o progresso da democracia moderna. A democracia moderna é um tipo da democracia mais liberal e indireta, onde todos os cidadãos têm direitos e a liberdade na tomada de decisão política, ou seja, é um tipo da democracia mais participativa e representativa, onde todos os cidadãos possam participar na tomada de decisões políticas. Nessa democracia a eleição é um processo muito fundamental e imperativo para os cidadãos possam escolher os seus representantes, que é opostamente da democracia ateniense, como salienta Dahl (2001),

[...] os gregos não apenas consideravam desnecessária para suas democracias, mas perfeitamente indesejável: a eleição de representantes com autoridade para legislar. Poderíamos dizer que o sistema político inventado pelos gregos era uma democracia primária, uma democracia de assembleia ou uma democracia de câmara de vereadores. Decididamente, eles não criaram a democracia representativa como hoje a entendemos. (DAHL, 2001, p.117).

Neste viés, pude perceber de fato que o modelo da democracia que foi utilizada pelos gregos da antiguidade não era uma democracia liberal, mas sim uma democracia restrita e direta, onde alguns grupos sociais (escravos, mulheres e estrangeiros) são restringidas de exercer a sua cidadania na **ágora**, ou seja de participar nesse projeto político. Esses grupos, contudo, eram considerados cidadãos não livres que possam gozar dos seus direitos fundamentais, e como poucos detinham efetivamente o poder. Poderes estes que determinam certos “valores que na verdade pertencem a apenas uma classe fossem considerados universais” (ARANHA, MARTINS, 1993, p.433).

A palavra democracia passou a ser levado a sério ou ser concretizado por alguns países, só após do meado do século XVIII a início do século XIX. Durante esta época, a palavra democracia vai se construindo e se aprimorando em vários países, principalmente nos países europeus, até se ganhando novos contornos, como um “processo de continuidade transpessoal, irreduzível a qualquer vinculação do processo político a determinadas pessoas” (CANOTILHO, 2002, p. 289).

A democracia é uma coisa boa, sem necessariamente ter uma noção exata do que tudo que ela seja. Ela é um dos sistemas políticos que ainda apresenta a melhor forma de governo em relação aos outros que já foram experimentadas, porque, possibilita a participação do povo na tomada de decisões e na escolha dos seus representantes, por isso, que ela é uma coisa boa, ou seja, “as democracias sejam sempre boas para a realização dos direitos humanos em todas as áreas”. (ESTEVÃO, 2013, p. 64-76).

A democracia se tornou o único regime legítimo, legítimo do ponto de vista da opinião pública, quase em todos quadrantes do mundo, assim também, como o único governo aceitável e democrático. Embora, ela não é o sistema primoroso que muitas das vezes imaginamos, e muitas vezes, ela é interpretada de várias formas.

Os políticos conservadores e antidemocrático entende-se a democracia como a pior forma do governo que já temos (ela se elege com o poder de dinheiro e com o poder de influência), a reserva de todas as outras já foram experimentadas, usando a frase de um conservador britânico, Winston Churchill (ex-primeiro ministro – discurso na câmara dos

comuns em 11 de novembro 1947), “a democracia é pior forma de governo imaginável, a exceção de todas as outras que foram experimentadas”.

Este modo axiológico, sequer vai muito além da classificação da palavra democracia como melhor ou pior forma de governo, e estabelece para nós uma certa primazia que engloba do mesmo modo um juízo de valor. Porém, a questão não se refere apenas se a democracia é boa ou se é má forma de governo, mas o problema é de saber entender a sua transição e sua complexidade como conceito. Ela pode ser entendida como um sistema dinâmica, e muitas vezes a sua interpretação se recai sobre os proveitos ou sobre as perversidades de uma forma de governo em relação as outras. Nessa perspectiva, segundo Bobbio (1987), afirma que,

a disputa em torno da democracia não se refere apenas ao problema de saber se a democracia é ou não forma boa ou má, mas estende-se ao problema de saber se ela melhor ou pior do que as outras, ou seja, qual sua é a sua colocação num ordenamento axiológico (isto é, segundo o valor) das constituições. Numa tipologia que não distingue as formas puras das corruptas, as teses possíveis são três: se a democracia é melhor, se é a pior ou se está no meio entre o melhor e pior (BOBBIO, 1987, p. 142).

O autor queria nos chamar atenção dessa disputa do uso axiológico dos aqueles que defendem a democracia como melhor sistema de governo e os que defendem como o pior sistema de governo. A forma que os ambos se referenciam ou se interpretam a palavra democracia não pode ser dito como o melhor sistema do governo, assim também, não pode ser dito como pior sistema do governo.

Pois, essas interpretações de tentar designar a palavra democracia como regime boa ou pior, pode-se ser um equívoco, digo isso, porque, na verdade, a democracia é uma palavra razoavelmente complexa e sua complexidade traz para nós séries de dificuldades de poder compreender melhor a essência da palavra democracia.

A democracia pressupõe os princípios e as garantias dos valores e instituições democráticas, ou a liberdade e os direitos das garantias fundamentais do povo. Assim também, pressupõe o respeito e a harmonia entre as instituições democráticas. Estes valores, no entanto, pressupõem um pluralismo políticos de ideias, liberdades de expressão e de opinião, exercício da cidadania ativa, igualdade de direito e da vida. Em outras palavras, a democracia é um regime político, onde todos indivíduos viviam nas mesmas condições de igualdades de direitos da lei. Neste mesmo sentido, conforme Duarte (2013),

a democracia pressupõe a busca da eliminação de distinções sociais intransponíveis, a inscrição da igualdade formal na letra da lei e a promoção do acesso real a mobilização social. O resultado dessa perspectiva é que a

democracia implica na busca pela igualdade social como ponto de partida para o acesso a liberdade. (DUARTE, 2013, p. 87-98).

Nesta mesma linha, Tocqueville (2005) colabora ainda neste sentido, no qual para ele,

a igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, os faz contrair o hábito e o gosto de, em suas ações particulares, seguir tão somente sua vontade. Essa inteira independência, de que desfrutam continuamente antes seus iguais e ao uso da vida privada, os dispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere, ao contrário, a ideia e o amor a liberdade política. (TOCQUEVILLE, 2005, p.357).

Segundo autor, esta é, portanto, um tipo ideal da democracia que garante ao mesmo tempo a liberdade individual e a igualdade entre todos, uma igualdade efetiva e não apenas aquela igualdade formal perante a lei. Neste modelo, com efeito, a democracia é um arcabouço político que permite lutar contra as desigualdades com mínimo possível. Ela ainda é único sistema político que nos traz as mudanças nas relações desiguais de poder na sociedade, e único também que defendem que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos sociais e política.

Nesta linha de raciocínio, o sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos (2016, p.163) acrescentaria que, a “democracia [...] é todo o processo de transformação de relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada”. O grande ideal da democracia é ser uma comunidade de uma coletividade de pessoas que são livres e iguais na participação e na decisão política, mas, pelo visto, as pessoas não são tão livremente assim e iguais como muitos julgam.

A democracia na sua plenitude, mostra apenas que todos os cidadãos têm os mesmos direitos de liberdade e igualdade perante a lei, só que na prática, muitas das vezes estes direitos não se aplicam para todos, e é muito seletiva, diga assim, porque, já tinha vivenciado e percebido que na verdade, a liberdade e igualdade são conceitos meramente utópicos para as populações mais vulneráveis. O teor da palavra democracia muitas das vezes não é aquela que nós imaginamos e pensamos como algo basilar dos direitos fundamentais dos cidadãos, a guerra semântica da palavra democracia torna-se ela virar outra coisa. Portanto, ela não é um sistema perfeito, mas sim, sistema dinâmica que sempre está em constante transformação ou mudança.

3.1. SOCIEDADE, ESTADO E DEMOCRACIA

A sociedade civil é uma organização não-governamental ou é um conjunto de instituições não-governamentais com poderes de criticar ou elogiar o Estado e governo. A relação entre sociedade civil e Estado é muito bem recíproca e harmoniosa, essa relação, no entanto, permite os ambos trabalharem lado a lado para o bem-estar do povo e em prol de

desenvolvimento do país. Segundo Azambuja (1996), mostra-se que na concepção científica de termo,

sociedade é “uma coletividade de indivíduos reunidos e organizados para alcançar uma finalidade comum”.(Giddings – Principes de sociologie, pags. 1 e 3.) Supõe organização permanente e objetivo comum. De modo mais analítico, e acentuando outros atributos, podemos dizer que uma sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e conhecido de todos (Cf. Jolivet – Traité de Philosophie, I, pag. 283). O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de uns grupos de indivíduos unidos e organizados permanente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público (AZAMBUJA, 1996, p.2).

A Sociedade Civil tem uma função extremamente importante no processo de resolução de conflitos políticos e de estabilização da democracia no país, assim também, na promoção de paz e defesa dos direitos dos seus cidadãos. O próprio Estado e o governo são cientes dessa função do exercício da sociedade civil no processo de desenvolvimento do país, através da sua participação em assuntos sociopolíticos e socioeconômico. O Estado cria a sociedade civil para o melhor auxiliar no processo de desenvolvimento do país. A sociedade civil serve como um contrapeso do governo e do Estado, propondo caminhos alternativos e viáveis para um desenvolvimento democrático.

Por exemplo, as ONGs, os movimentos sociais, os grupos étnicos, as associações juvenis e muito mais são parte da sociedade civil. Essas entidades civis referido atrás, tem-se mostrado como parceiros credíveis do Estado e do governo para o desenvolvimento sociopolítica e econômica do país. O Estado é uma máquina de governação, e ele cria políticas públicas juntamente com o governo para a melhor servir os seus povos, mas as suas demandas não tenham suporte suficiente para responder a toda população, ali que entra a participação da sociedade civil como entidades auxiliadoras do Estado e do governo. Neste sentido, o diplomático brasileiro, Miguel Darcy Oliveira (1999), mostrou que a relação entre Estado e sociedade civil (terceiro setor) tem se mostrado uma relação boa e saudável. Segundo ele (1999, p.75), acreditou que,

o fortalecimento da sociedade civil e de sua atuação no campo do desenvolvimento social é o caminho correto para que possamos superar essa herança pesada de injustiça e exclusão. Não considero esse caminho correto pelo simples fato que aliviaria a tarefa do governo, retirando de seus ombros uma parcela de sua responsabilidade. Não se trata disso, mas sim de reconhecer que a ação do terceiro setor no enfrentamento de questões

diagnosticadas pela própria sociedade nos oferece modelos de trabalho que representam modos mais eficazes de resolver problemas sociais.

Com base nessas considerações, entende-se que a sociedade civil tem desempenhado um papel fulcral e relevante nas ações sociais e política para o bem-estar social e econômico do país e dos cidadãos. A sociedade civil na Guiné-Bissau é muito fraca e polarizada por um determinado grupo político. A maioria dos seus dirigentes muitas das acabam se aliando com um determinado formação política a, e isso, no entanto, prejudica a participação da sociedade civil de forma mais ativa em defesa dos direitos fundamentas dos cidadãos e de valores democráticos.

Com efeito, a sociedade civil tem que ser mais coesa e mais atuante para a defesa dos direitos democráticos e bem-estar social do país. Pois, ela tem um papel chave na defesa de liberdades e direitos de opiniões, de manifestações e de participação na gestão dos assuntos de Estado, sem a substituição dos seus poderes para a melhor resolução de vários problemas sociais, económicos e políticos no país.

Os governantes guineenses, muitas vezes não possibilita o diálogo com da sociedade civil, restringe a sua participação muitas das vezes nos assuntos de atividades governamental. A sociedade civil tem um papel muito importante no controle e na fiscalização de qualquer situação que viole os direitos humanos, assim também, tem um papel fundamental na luta de afirmação dos direitos individuais e coletivos. A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau precisam fortificar mais relação e mais diálogos para a melhor resolução dos problemas do país.

A democracia moderna pressupõe uma nova conjuntura política e uma nova mudança social. Essa nova conjectura política moderna, pressupõe a democracia uns novos condicionantes básicos, isto é, o diálogo, a divergência, a crítica, a diversidade, a igualdade, a liberdade econômica, a liberdade de pensamento, a liberdade de ir e vir, a liberdade de organização, a liberdade de participação política, assim também, estabelecer a responsabilidade social e transparência nas ações dos dados dos interesses públicos.

A democracia moderna minimizou certas restrições que historicamente se impunham na democracia grega. A democracia moderna pressupõe a participação das mulheres e dos prisioneiros no processo da tomada de decisão e a escolha dos seus representantes. E ela só se firma ao longo de século XX, quando se consagra a ideia de sufrágio universal, a ideia do que todos os cidadãos têm direitos de participação no processo político democrática. Com efeito, entendemos a democracia como uma forma de governo, na qual o povo tem a sua liberdade e direito tomar a sua decisão e escolha dos seus representantes nas eleições periódicas. Nesta

perspectiva, segundo Muammar Al-Qathafi (1975, p.28), “a democracia é administração do Governo pelo povo ou administração do povo pelo povo”.

Em outras palavras, segundo estadista grego, Péricles, em seu discurso no século V, afirma que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Essa frase, do Péricles acaba sendo, no entanto, eternizada na modernidade pelo o estadista americano, Abraham Lincoln (ex-presidente do Estado Unido de América – EUA) nos seus discursos declara que, a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo”, ou seria “Governo do povo pelo povo”. (BIROU, 1977, p.193).

Esta narrativa clássica da democracia de modelo europeu, é uma meramente utópica, pois, o que existe de fato é o governo aprovado pelo povo e “o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir”. (SCHUMPETER, 1984, p. 308-9). A democracia não é um sistema perfeito, e muitas das vezes como ela é usada e interpreta nos discursos dos políticos, como aquela que garante os direitos de liberdade e igualdade dos cidadãos, não é muito bem assim como muitos julgam. Nessa reflexão, segundo Schumpeter (1961),

democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governa-lo [...]. Assim um aspecto disto pode ser exposto dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos. (SCHUMPETER, 1961, p.347).

Schumpeter (1961) traz uma outra concepção sobre o significado da palavra democracia e rejeitou completamente a visão clássica de democracia que os modernistas vem se pregando ao longo dos últimos séculos. A democracia é uma palavra complexa e abstrata, mas ninguém vive sem ela, embora, ela traz uma série de exigências conceituais e metodológicas. Essas exigências, por fim, vêm sofisticando ao longo do tempo. Esta nova narrativa clássica da modernidade de conceituar a democracia como o “governo do povo”, não tem senão uma forma e uma só teoria, e ela abre várias possibilidades de compreensão e de definições.

A democracia de certa maneira é interpretada de várias formas, uns acharam que a democracia é um sistema política bem simples e abrangente para todos os cidadãos e outros acharam que a democracia é um sistema política muito bem complexa, e muitas das vezes os direitos e liberdades de cidadãos são restringidos. Esta complexidade, com efeito, mostra que a palavra democracia não pode ser compreendida num contexto mais universal da palavra, mas sim num contexto mais transversal da palavra.

A grande falácia da democracia moderna é afirma que o governo, governa para todos, que na verdade, o governo governa por um determinado grupo de pessoas ou para os seus

eleitores, como se verificam em vários países do mundo, como por exemplo: atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, o ex-presidente do Estado Unidos de América-EUA, Donald Trump, atual presidente guineense, Umaro Sissoco Embaló e muito mais. As diferenças e as divergências entre os sistemas ditos democráticos são a prova de que eles não são democráticos (AL-QATHAFI, 1975).

A democracia representativa é um experimento moderno, na qual o povo que decide ou que tem o poder de decisão e da escolha dos seus representantes através de voto. A democracia vem sofisticando ao longo de tempo, e ela não lida mais só com participação política em si, mais lida também com conjuntos de direitos que o cidadão tem de maneira geral ligado a liberdade e igualdade. Segundo o filósofo político, Norberto Bobbio (1992), referimos que,

sem direitos do homem reconhecidos e efetivamente protegidos não existe democracia, sem democracia não existe as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos que surgem entre indivíduos, entre grupos e entre as grandes coletividades tradicionalmente indóceis e tendencialmente autocráticas que são os Estados, apesar de serem democráticas com os próprios cidadãos” (BOBBIO, 1992, p.203).

Portanto, não pode haver democracia se não houve o respeito pela constituição democrática. E no Estado de direitos todos indivíduos são iguais perante a lei e ninguém está acima da lei. Por exemplo, na Guiné-Bissau, nem todos cidadãos são iguais perante a lei, a justiça guineense muitas vezes é compreendida como uma justiça só para pessoas mais vulneráveis ou mais fracos. Nos últimos anos, a Guiné-Bissau vive uma situação muito difícil na sua democracia, violações contra os direitos institucionais democráticas, contra a liberdade de imprensa e de opinião e contra os direitos fundamentais do povo.

Os titulares de cargos públicos na Guiné-Bissau, ou seja, as autoridades guineenses, pelo visto, todos querem transformar-se naquilo nunca podem ser, “super-ministro” ou “superpresidente”. O país vive uma democracia muito frágil, onde a maioria dos partidos usam o povo só para poder chegar no poder ou por seus interesses políticos. Segundo o político líbio, Muammar Al-Qathafi (1975), explica que,

o objetivo de um partido é o alcançar o poder em nome da execução do seu próprio programa. Não é democraticamente admissível que um partido governe um povo inteiro, porque este é constituído por interesses, opiniões, temperamentos, ideologias ou origens diferentes. O partido é uma máquina de governa ditatorial que permite aqueles que têm as mesmas concepções, ou os mesmos interesses, governar o povo como um todo (AL-GADDAFI, 1975, p.13).

A Guiné-Bissau atualmente (2021) tem vividos situações muito difícil na sua democracia, instabilidade política, econômica e social, além disso, impunidade, corrupção, a abuso de poder e perseguição política. E isso, com efeito, são um dos principais fatores que causam o enfraquecimento da democracia e o retrocesso do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Tudo isso, na verdade, tem a ver com a falta de vontade política e falta de diálogo entre atores políticos guineenses. Refletindo sobre essa situação, faz-me questionar. Qual é a importância da democracia na Guiné-Bissau? Qual é importância do povo na democracia na Guiné-Bissau? Qual é importância da democracia para o desenvolvimento da Guiné-Bissau?

A democracia na Guiné-Bissau é um sistema que ainda precisa ser muito bem problematizada, estudada e debatida de forma séria por parte dos nossos atores políticos ou por parte dos nossos titulares de órgãos de soberania nacional. Porém, é urgente e necessário pensar na nossa democracia guineense na base da própria realidade política guineense. Os atores políticos ou os titulares públicos devem assumir as suas responsabilidades enquanto autoridades públicas e saber respeitar a lei e ordem constitucional, a liberdade do povo e de opinião, criar melhor condição para o funcionamento da justiça e segurança do povo.

A democracia é um dos regimes políticos que facilitam mais os diálogos entre povos, e dá um pouco mais direitos de liberdade de manifestação e opinião aos cidadãos. O pluralismo político e de ideia são principais pilares da democracia, e com estes princípios, podemos alcançar um verdadeiro regime democrático. Segundo Linz e Stepan (1996), mostram que,

um regime democrático só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida coletiva numa sociedade como deles, e quando o apoio a alternativas anti-sistêmicas é pequeno ou isolado da atitude predominante entre as forças pró-democráticas (LINZ e STEPAN, 1996, p.6).

Segundo politólogo moçambicano, Brazão Mazula (2002, p.25), afirma que, “a democracia seria a capacidade e oportunidade de convivência social, política e econômica, na diversidade de ideias, opiniões e culturas, para a realização de um desenvolvimento real em cada tempo e lugar”. A democracia na Guiné-Bissau ainda é muito frágil. O país carece bastante das políticas públicas voltada para as juventudes guineenses, mas, muitos julgam que as juventudes são “**forças motoras**” para o desenvolvimento de um país, mas pelo visto, essas forças nunca ainda são valorizadas e respeitadas pelas entidades governamentais no país. Pois, é necessário e importante que o Estado guineense assuma as suas responsabilidades de criar mais condições e direitos para as sociedades juvenis e assumir a sua responsabilidade enquanto autoridade.

A Guiné-Bissau precisa se calhar em que nós façamos um exercício no sentido de trazer alguma contribuição com as nossas ideias, nossos princípios e a nossa forma de pensar, contribuir para melhor os seus desempenhos no âmbito política, econômica, social e educacional. Além disso, o país precisa também estabelecer na sociedade um debate público sobre o funcionamento do nosso sistema política e nossa educação para formação do nosso povo e transformação da cultura política, que é institucionalmente frágil.

A nação guineense ainda não é consolidada como o estado democrático de direito, porque é uma nação que está em construção. A melhor solução de tudo isso, o Estado guineense precisa a mais urgentemente estabelecer as reformas políticas e militares, re(educar) o nosso povo para que assim possa transformar melhor a nossa cultura política, que é extremamente individualista e autoritária. Promover a coesão nacional e a cultura do diálogo entre políticos para que assim possam resolver todos os problemas que assolam a democracia e nosso desenvolvimento.

4. CONCLUSÃO

A democracia guineense é bastante frágil ainda, uma vez que ela não consegue garantir de uma maneira igualitária a todos os cidadãos os mesmos direitos básicos e fundamentais, direito a saúde e educação, direito à justiça, direito à liberdade de pensamento, direito a vida e segurança. Quando esses direitos já não são respeitados num Estado que se diz democrático, significa então, Estado frágil democraticamente. Retrocesso democrático, limitam todos os direitos, valores e garantias fundamentais de um povo e do um Estado democrático de direito, promover ainda mais a desigualdade social, política e econômica no país.

As vantagens que essa pesquisa irá proporcionar, especificamente no campo dos estudos sociológicos, consiste numa análise e reflexão sociopolítica da atual situação na Guiné-Bissau. O país está mergulhado atualmente (2021) numa profunda crise política, econômica e social. Para a melhor reflexão desse assunto, procuramos trazer algumas questões, que sempre nos incomoda ou nos preocupam pela forma como que a Guiné-Bissau sendo governada durante muito tempo. Quais são caminhos viáveis para tirar a Guiné-Bissau nessa profunda instabilidade que se encontra a mais de três décadas? Qual é o papel da sociedade civil para fortalecimento do Estado democrático e da democracia na Guiné-Bissau?

A democracia se desenvolva através de instituições de regras que estão baseados na liberdade e na igualdade de direitos, criações de movimentos sociais, associações e organização não-governamental (ONGs), assim também como a transparência dos atos das políticas públicas, o respeito a constituição e as instituições democráticas. Qualquer um desses princípios

que foram restringidos ou violados, coloca-se em risco a nossa democrática e nossa instituição democrática. O Estado guineense precisa promover mais diálogos entre todas entidades políticas e sociais, promover coesão nacional e bem-estar social para todos povos guineenses, ou seja, criar condição que possa ajudar o país a sair mais rápido que possíveis nessa profunda instabilidade que se encontra atualmente. O Estado é um órgão que dependente da sociedade civil, e a sociedade civil é uma entidade que nasce do Estado e que dependente dele, vice-versa.

Em conclusão, a Guiné-Bissau precisa investir fortemente na saúde, infraestruturas, agricultura, indústria, tecnologia, segurança e educação. A educação é um dos pilares muito fundamental para desenvolvimento do país, porque, forma e educa o povo para conhecer melhor os seus direitos e deveres enquanto cidadão. Além disso, devem promover também bem-estar social, coesão nacional, paz social, estabilidade política, liberdade de opinião e de imprensa e diálogo entre atores políticos na Guiné-Bissau, e afastar todas ameaças contra a democracia e ataque contra as instituições democráticas. A classe política deve ser como o modelo da nossa democracia, saber defender e respeita todos valores constitucionais e democráticos da Guiné-Bissau.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2 ed. São Paulo: moderna, 1993.
- AL-QATHAFI, Muammar. **O Livro Verde**. Ed. Ridendo Castigat Mores: Líbia, 1975.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 35ª ed. São Paulo: Globo, 1996.
- BARROS, Filinto de. **Testemunho**. Bissau, 2011.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade, por uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira rio de janeiro: Paz e Terra, 12ª edição 1987.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marcos Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10 Ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia Turístico: a descoberta da Guiné-Bissau**. Coimbra: Ediliber, 2015.
- BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.
- BULL, Benjamim Pinto (1989). **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa; Bissau: Inst. Nac. de Estudos e Pesquisa.
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974a.

- CABRAL, Amílcar. **PAIGC: Unida e Luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974 b.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 5ª ed., Coimbra: Almedina, 2002.
- Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, 1996.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DUARTE, Samuel Correa. **Igualdade na diferença: notas para uma reflexão sobre democracia, gênero e sexualidade**. In: RISCAROLI, Eliseu; CAMARGO, Flávio Pereira (org.). *Direitos Humanos, Democracia e Justiça: percepções literárias, jurídicas e filosóficas sobre a diferença*. - 1 Ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013.
- DUVERGER, Maurice. **Regimes Semi-presidencialistas**. Editoras Universitárias de France - Paris, 1986.
- ESTÊVÃO, Carlos Vilar. **Modelo de democracia, direitos e direitos humanos**. In: RISCAROLI, Eliseu; CAMARGO, Flávio Pereira (org.). *Direitos Humanos, Democracia e Justiça: percepções literárias, jurídicas e filosóficas sobre a diferença*. - 1 Ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 64-86.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães– Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 52-53.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo, SP: Global, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo; consultoria técnica da tradução de Paulo Fagundes Vicentini. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel Phillips. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.
- KOSTA, Kafft Emílio. **Lições de Direito Constitucional** (obra inédita), na pista de Jorge Miranda, 2016.
- LINZ, J.J. & STEPAN, A. **Problemas de Transição e Consolidação Democrática**. Beltime: the Johns Hopkins University Press, 1996.
- LOPES, Carlos. **As Reformas do Estado e a questão nacional, África**: revista do CEA, USP, São Paulo. 1993/94.
- LOPES, Carlos (1982). **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Biblioteca de Estudos Africanos. Lisboa: edições70.
- LOPES, Carlos. **Amílcar Cabral: uma inspiração para os dias de hoje**. In: LOPES, Carlos (org.). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- N'BUNDE, Temoteo Saba. **As Políticas Externas Brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

- MAZULA, B. (Coord.) **Moçambique, 10 anos de Paz**. Maputo: CEDE, 2002.
- MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.
- MENDY, Peter Karibe. **A herança colonial e o desafio da integração**. Soronda. Revista de Estudos Guineense, Bissau, n. 16, p. 3-37, jul. 1993.
- MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta da Libertação Nacional E O Projeto De Construção Do Estado Guineense**. Número temático: 226 Literatura, cultura e memória negra. A Cor das Letras — UEFS, n. 12, 2011.
- OLIVEIRA, Migueis Darcy de. **Cidadania e Globalização: A Política Externa Brasileira e as ONGs**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.
- PAIGC. **História: A Guiné e as Ilhas de Cabo-Verde**. Bissau, 1974.
- PAIGC. **Projeto de Renovação do PAIGC**. Bissau, março de 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. -1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- SACRAMENTO, Mafalda Felix do. **Os Golpes de Estado como principal meio de subversão**. Uma análise comparativa com outros sistemas subversivos. In: Sol Nascente – Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada. n. 4, 1995.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação de Cultura. Parte IV- “Socialismo e Democracia”, 1961.
- SUCUMA, Arnaldo. **Vi. Breve Histórico Sobre A Construção Do Estado Da Guiné-Bissau**. Universidade Federal de Pernambuco/PPGCP – UFPE.- Brasil, 2012.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Livro 2. Sentimento e opiniões. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- ZEVERINO, Guilherme & CASTELO BRANCO, Luís. **Guiné-Bissau - A missão de Observação Eleitoral Internacional 1999/2000**. A participação Portuguesa, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 2000.